



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 23/10/2013

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Bom dia a todos. Na qualidade de presidente da Douta Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 17ª Audiência Pública do ano de 2013. Com a presença dos Srs. Vereadores Ricardo, Nunes, Paulo Fiorilo, Marta Costa, Jair Tatto José Police Neto, Dalton Silvano e o ex-Vereador Odilon Guedes.

Informo que essa reunião esta sendo transmitida através do portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara e Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público geral no Portal da Câmara Municipal [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara e Auditórios On-Line. As audiências públicas, registro por escritos.

São três projetos no dia de hoje. Temos o PL 711/13, do Executivo - IPTU; PL 694/13, Plano Plurianual e PL 695/13, despesas para o exercício de 2014. Foram convidados para participar desta audiência pública os Srs: Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças, Desenvolvimento Econômico; Leda Maria Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento de Gestão; Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado pelo Sr. Arnaldo Monteiro; Mauricio Antônio Ribeiro Lopes, Promotor de Justiça da Habitação Urbanismo da Capital; Abram Szajman Presidente do Fecomercio – Federação do Comércio de Bens Serviços, Turismo do Estado de São Paulo; Claudio Bernardes, Presidente do Secovi; Rogério Pinto Coelho Amato, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Wilson José Araujo, Presidente Sindical de Editores Fiscais Tributários do Município de São Paulo.

Informo que as inscrições para pronunciamentos devem ser feitas junto a Secretaria da Comissão. Estão abertas as inscrições. Por se tratar de uma audiência pública, seria interessante, ouvir a população. Os Srs. Vereadores têm condições, naturalmente, de discutir aqui também uma reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento. Não sei se seria interessante intercalar entre os Srs. Vereadores a sociedade civil organizada. Consulto os Srs.

Vereadores. Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sim. Podemos intercalar.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Faríamos como? Perguntas e o Secretário responde?

**O SR. PAULO FIORILO** – Com a proposta é intercalar, talvez fosse o caso, de pensar em ter um bloco das pessoas que vieram e que possam interessar em perguntar daí teria perguntas de vereador. Normalmente o Vereador tem duas, ou três perguntas e pode ter essa dificuldade. Minha sugestão: construir blocos, aí o Secretário e a Secretária pode responder os blocos e ao vereador. Ai volta outro bloco, o Vereador. Senão fica a dificuldade depois na sequência.

**O SR. DALTON SILVANO** – Sr. Presidente, aprovando e endossando a proposta do nobre Vereador Presidente Paulo Fiorilo, entro no bloco dos vereadores.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – A se inscrever, primeiro os Vereadores da Douta Comissão, em seguida os Srs. Vereadores que não fazem parte da Comissão e vamos intercalar junto as pessoas que estão se inscrevendo. As inscrições estão abertas.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, como vamos seguir a ordem da pauta, primeiro é o PL 711/13, que trata da atualização da PGV, discussão que está ligada diretamente ligada a Secretaria de Finanças e não da de Planejamento. A de Planejamento seria para o Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Essa matéria diz respeito ao Secretário de Finanças, mas acho justo a Secretaria de Planejamento ficar ao lado do Secretário de Finanças no sentido de colaborar se houver alguma questão.

Com a palavra o Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças, Desenvolvimento Econômico, para fazer explanação a respeito da mudança da alíquota.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Bom dia a todos. Entendo que essa é a segunda audiência pública sobre esse assunto. A primeira foi feita semana passada quando o Subsecretário da Receita que aqui presente, pode ser chamado para comentar, auditor de carreira da Prefeitura do Município de São Paulo acompanha esse tema, assim como a equipe é a mesma que acompanha esse tema há mais de 10 anos.

Início esse tema dizendo que o projeto de atualização da planta, é um projeto obrigatório e definido por lei em 2009, onde se exigiu a atualização da planta agora em 2013. Isso foi determinação da Casa, em 2009, colocando a responsabilidade desse Poder Executivo pode fazer atualização da planta. É importante dizer e esclarecer o que tem sido dito de que o Projeto de Lei, agora apresentado, é na sua metodologia, idêntico, ipsi literes, ao projeto aprovado pela Casa e apresentado pelo Executivo em 2009. A metodologia que está se fazendo de diluição dos aumentos e da valorização imobiliária é idêntica a proposta. Os projetos de lei estão aqui. A lei aprovada está aqui. Portanto foi uma replica do que a Casa já havia sido aprovado. Não existe surpresa nesse ponto, ou não deveria existir, pelos autores do projeto em 2009. Talvez a grande diferença seja a questão das travas porque, em 2009, o Executivo propôs uma trava de 45% para o residencial e 60% para o não residencial. Essa casa, acho que de forma coerente, a partir de discussões, abaixou a trava para 30 e 45%.

Também reforço que a equipe técnica que fez a atualização dessa PGV é a mesma equipe técnica que fez a atualização de 2009 e reconhece – a equipe técnica está presente na Casa e pode dar declarações – de que a metodologia evoluiu ao longo desses últimos quatro anos.

Foram mostradas muitas informações de forma pontual sobre o que foi feito, mas é importante esclarecer que foram mais de 26 reuniões com uma comissão mista entre a sociedade civil e a Prefeitura ao longo de quatro anos. A Prefeitura trabalha com banco de dados de mais de 180 mil amostras para calcular os valores.

A amostra desta PGV é por volta de 50% acima da amostra da PGV de 2009.

Enfim, o trabalho técnico é muito preciso. Tudo isso não muda o fato de que é uma discussão delicada para a Cidade. Temos consciência disso e por isso a importância dessa discussão. Esta Casa tem toda a responsabilidade de debater com o Executivo e achar um equilíbrio.

É uma necessidade atualizar a Planta e o IPTU, por ser um imposto direto sobre a propriedade, tem sempre esse impacto direto sobre a população, por isso merece ser debatido.

Deixo claro que a Lei é exatamente igual à Lei de 2009. Não tem surpresa, não tem truque, não tem nada escondido. É exatamente igual.

O segundo ponto importante para esclarecer é que o aumento da valorização e o repasse ao eventual IPTU faz parte de uma composição de ações que a Prefeitura e a Secretaria de Finanças está fazendo para equacionar a situação financeira do Município como um todo.

É importante dizer que a Administração fez uma contenção de gastos muito relevante neste primeiro ano. Darei um número aos Srs. e Sras. de despesas correntes pagas até setembro. Em 2012 em relação a 2011 elas estavam crescendo 15% acima da receita. Este ano de 2013 em relação a 2012, pagas em setembro, estão crescendo 5%. A Prefeitura está fazendo um trabalho de contenção das despesas porque não é viável ter uma situação de despesas crescendo mais do que receitas, que era a situação do ano passado.

Outro elemento importante é o aumento dos repasses do Governo Federal em programas correntes. O aumento das receitas de saúde nesses nove primeiros meses realizados já cresceu 30% em relação ao ano passado. Isso é muito importante para a Cidade porque a Cidade, como já mostramos algumas vezes, tinha a pior receita per capita do SUS de todas as capitais.

Outro elemento é que começou a ser discutido ontem no Congresso Nacional e continua hoje é a renegociação da dívida da Cidade que eu interpreto como a ação de finanças mais importante para o futuro de longo prazo da Cidade e que desarma uma bomba para todos os paulistanos que iria explodir ou irá explodir se essa equação não for solucionada.

Existe um conjunto de ações sendo feitas. A atualização da PGV é um elemento disso, contribui para a equalização das finanças. Vamos ter grandes recursos do PAC, como já pactuado, mas vai exigir contrapartida da Prefeitura. Então, por isso o equacionamento financeiro é relevante.

É óbvio que agora está em um momento de debate. O Executivo está em debate com a Casa para fazer eventuais ajustes na Lei.

A proposta que enviamos continha um aumento de IPTU de 24% para o próximo ano e refletia a mesma lei aprovada em 2009, tanto é fato que o aumento de IPTU de 2010 em relação a 2009 foi de 25%. Então, a nossa proposta já era inferior ao que foi feito em 2009 sendo que é constatado e fato que a valorização imobiliária entre 2009 e 2013 é muito maior do que a valorização imobiliária entre 2005 e 2009.

Com isso, Sr. Presidente, encerro a minha fala reconhecendo que é um tema delicado e que o Executivo está em discussão com o Legislativo para uma eventual revisão das travas ou uma eventual alteração na lei em outros pontos, mas esclarecendo que, primeiro, é igual a 2009 no sentido de metodologia; segundo, a correção é obrigatória por lei e estamos dispostos a conversar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Sr. Presidente, serei breve. Pergunto quem é o relator desta matéria na Comissão?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – É o Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Ele é o relator desta matéria?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Não, ele é o relator do orçamento. Desta matéria não chegou. Esta matéria não tem relator porque está na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da qual faz parte V.Exa. e é o relator.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Ok. Então, vou tentar fazer a abordagem na linha da Política Urbana que é onde o processo está.

O Sr. Secretário foi muito preciso em anunciar que o processo apresentado, o projeto construído é idêntico àquele apresentado em 2009. Só que as premissas de 2009 para 2013 são absolutamente distintas. A começar pelo período de congelamento do IPTU. Estávamos em 2009 e desde 2002 sem o reajuste da Planta Genérica.

Em 2005, passou a valer na cidade de São Paulo uma nova lei de uso e ocupação do solo. Esses eram fatores que faziam com que a Administração tomasse as decisões bem relatadas pelo Sr. Secretário. A situação de hoje é bem diferente, independentemente do processo vertiginoso de valorização que é consequência do descolamento da política de desenvolvimento urbano da política fiscal que, mais uma vez, nós vamos descolar ainda mais com a proposta apresentada.

A grande preocupação neste momento e é essa motivação que me traz aqui é que diálogo foi estabelecido entre a política de desenvolvimento urbano e a política fiscal da Cidade. Ao enxergar a evolução e não a inovação, talvez essa seja a questão mais difícil para todos, ao apresentar a nova proposta de IPTU, sugeri à Cidade inteira que as zonas fiscais eram algo novo. Essa foi a impressão que a sociedade ficou.

Na realidade, como V.Exa. acaba de dizer, não era novo, era uma evolução. Mais do que isso, foi apresentada a trava como algo que segurava o aumento do imposto e não segurava. O Prefeito foi preciso ontem na Rádio Capital dizendo que ele diluiu o aumento e não que implantava um aumento de 30 e 45%.

Então, a maior preocupação não é com a peça que está só aqui, mas como está sendo contado à sociedade o que de fato chegou. Parece-me que a prerrogativa clara do Parlamento é entender essas questões. Quando se observa o mapa das zonas um, dois e três e se observa o Plano Diretor, a Planta apresentada no Plano Diretor, a engenharia da Cidade, os arcos de desenvolvimento – o chamado Arco do Futuro – em nada tem a ver um com o

outro. Pelo contrário, o Arco Tietê associado ao Arco do Futuro, é o Arco do IPTU. É onde o IPTU tem os maiores incrementos de tributação.

Portanto, ao invés da política fiscal auxiliar o Município na sua política de desenvolvimento urbano, faz o inverso. Força o IPTU em áreas que a Administração anuncia um desejo de repovoamento e, sensivelmente, anuncia um alívio onde a população não deve ser levada.

Essas são as questões que nos reúnem na Comissão de Política Urbana, discutir o quanto a política fiscal pode auxiliar esse processo.

E por que falo isso? Porque a Comissão de Finanças e Orçamento participa, a partir de uma importante frente dirigida pelo Vereador Paulo Fiorilo, utilizando a política fiscal para levar indústrias para a zona Leste.

Então, vejam só como é contraditório: a Casa discute, de um lado, uma política fiscal que leve empresas para a zona Leste, mas apresenta um IPTU que em nada dialoga com o Plano Diretor também já apresentado.

Como o debate do dia de hoje, repleto de todas as autoridades de Finanças e Orçamento não teve a cautela de discutir com a Comissão de Política Urbana, que sou, sim o relator, vou esperar a resposta do Executivo para os questionamentos que fizemos quanto ao desenvolvimento urbano e à associação disso, à política fiscal, para que possamos, de fato, desenvolver esse debate.

Parece-me que fazemos um debate sobre a constitucionalidade, um debate sobre os resultados fiscais e o quanto o projeto é parecido ou idêntico com o anterior – mas quando foi apresentado, ele não era parecido, nem idêntico, e, agora, pulamos o estágio principal. Se política fiscal não desenvolve a Cidade, por que estamos discutindo um projeto de lei que é a evolução dos projetos anteriores, que trata do financiamento e dos incentivos para a zona Leste?

Então, me parece que há um descasamento. A ausência do Secretário de



Desenvolvimento Urbano aqui nos causa estranheza, porque, na realidade, o projeto está na Comissão de Política Urbana. Queremos auxiliar esse debate. Achamos que há uma condição clara, por todos os debates que já foram realizados na Cidade, da política de desenvolvimento urbano, e é isso que queremos trazer como contribuição.

Então, agradeço ao Presidente, mas acho que temos um espaço de debate frustrado.

Na semana passada, o Vereador Tripoli veio a este microfone anunciar o constrangimento que passava ao ter pulado a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Constituição e Justiça ter feito o debate sem a ancoragem financeira e orçamentária.

Venho, no dia de hoje, dizer que também estranho o fato do desenvolvimento urbano da Cidade estar completamente desconectado da política fiscal, nem do debate.

Então, por isso que estive aqui cedo. Tenho reunião agora, às 10h, mas agradeço muito a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Antes de passar a palavra ao líder do Governo, faço uma pergunta ao Políce Neto.

V.Exa. é o relator desse processo, na Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Sou.

**P** – V.Exa. acabou de anunciar que fez quesitos ao Poder Executivo.

**R** – Fiz. Requerimento de informação.

**P** – Por meu entendimento, essa matéria não se pode votar hoje se não vierem as respostas do Poder Executivo.

**R** – Em tese, não.

**P** – Em tese, tem de esperar a resposta do Poder Executivo.

**R** – Exatamente.

**P** – Como foi citado, pediria que o Vereador Arselino Tatto se pronunciasse. Em seguida, o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. ARSELINO TATTO** – Sr. Presidente, nobres Vereadores, munícipes aqui presentes, Srs. Secretários, a Comissão de Constituição e Justiça procedeu uma audiência pública, e não era necessário porque se tratava apenas de analisar a legalidade e a constitucionalidade.

Mas a pedido do Presidente daquela Comissão, o Governo não se opôs que se realizasse uma audiência pública, naquela Comissão, na semana passada.

A pedido do Presidente da Comissão de Finanças, nobre Vereador Roberto Tripoli, e de vários Vereadores que compõem esta douta Comissão, aqui está todo o staff do Governo, na área de finanças e planejamento, para debater, mais uma vez em audiência pública, o projeto da Planta Genérica de Valores.

O Governo, em momento algum, se opõe que se abra um amplo debate nesta cidade e isso está ocorrendo. Agora, o Governo não pode solicitar a essa ou aquela Comissão que promova uma audiência pública, porque o Governo respeita a Câmara Municipal de São Paulo e o Governo respeita as Comissões internas aqui criadas.

Não há problema algum em continuarmos esse debate. O Governo não se opõe a isso e quero deixar muito claro e falo em nome do Governo. O Governo não se opõe a que se debate. Temos oportunidades, antes da segunda votação, de debater, de fazer uma nova audiência.

Agora, temos de ser provocados pela Comissão de Política Urbana. Se a Comissão de Política Urbana até agora não deu entrada em um pedido formal para que se realize uma audiência pública, o Governo não pode ser acusado de não querer debater esse assunto com profundidade.

Então, deixo bem claro o posicionamento do Governo aqui. Temos todo o interesse, sim, de votar esse projeto e queremos fazer esse debate não só do IPTU, mas esse debate

interligado com o Orçamento, das demandas da cidade de São Paulo, porque, o que estamos vendo na Imprensa, hoje, é única e exclusivamente o IPTU. Não se fala da moradia, da mobilidade urbana, da implementação de políticas na área da Saúde, da Educação. Não se fala do déficit de vagas em creches.

Precisamos fazer esse debate de forma ampla. Não é questão de IPTU, é a questão do Orçamento, das necessidades que a Cidade tem e estaremos aqui para debater esse assunto, sim.

Agora, queremos votar, hoje, em primeira. Qual o problema de votar em primeira? Nenhum. Isso sempre aconteceu nesta Casa. Votar em primeira significa: criar condições para que os Srs. Vereadores possam apresentar emendas vindas da sociedade civil organizada, da população, dos Vereadores; substitutivos.

Então, o Governo não está fugindo de discussão nenhuma. A Política Urbana, através de seu Presidente, o Vereador Andrea Matarazzo, que tão bem presidi aquela Comissão; através do Relator Vereador Police Neto, que foi um grande Presidente desta Casa, que promovam, na próxima semana, antes da segunda votação, uma audiência pública.

Podemos, na tarde de hoje, aprovar um requerimento de redução de interstício entre essa e aquela audiência pública. Agora, queremos votar e debater e o Governo jamais vai interferir na tramitação desse projeto na Casa.

Estaremos sempre dispostos a ouvir a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defesa São Paulo.

**A SRA. LUCILA LACRETA** – Muito bom dia a todos.

Foi com enorme surpresa desagradável que recebemos a notícia que seremos, mais uma vez, escorchados em relação ao pagamento do IPTU, que já estamos pagando.

Em 2009, realmente, a grita foi muito grande porque a Planta Genérica de Valores

subiu de forma desproporcional à renda que as famílias e o comércio adquiriram e têm condições de pagar. Tanto é assim que aquele gestor, daquela ocasião, já não mais está gerenciando esta cidade. E espero que isso não aconteça aqui. Que a atual gestão tenha o bom senso de, ao utilizar o mesmo critério e o critério da valorização absurda dos imóveis nesta cidade,... Quer dizer, os valores da Planta Genérica subiram demais, a alíquota foi alterada e, como diz *O Estado de S.Paulo*, no editorial do dia 20 de outubro, página 3, “O fim das espertezas do IPTU. O reajuste acumulado poderia chegar, nos próximos três anos, a respectivamente 116% e 204%”.

Então, quer dizer, essa seria uma armadilha do PL 711/13 para a sociedade.

Outra questão muito importante é a isenção. Pelo que os jornais dizem um terço dos imóveis pagará essa quantidade toda de IPTU e dois terços não. As isenções são a partir de 90 mil reais a 160 mil, inclusive imóveis de 320 mil reais.

Então, acho que isso tem de ser revisto, porque, em nossa opinião, entendemos que todos devem pagar o IPTU.

Então, o que vemos são distorções absurdas de imóveis perto da Rua Oscar Freire, por exemplo, com três quartos e dois banheiros, que são isentos.

O *Defenda São Paulo* fez um abaixo-assinado e colheu mais de 20 mil assinaturas. Gostaríamos de o ter entregue aos senhores hoje, mas por falta de divulgação desta audiência pública, não conseguimos fazer com que as pessoas viessem aqui.

Recebemos uma carta de uma pessoa, que mora no Jaguaré, estarecida. Ela tem um apartamento de três quartos e, desde 2002, ela não paga IPTU. É uma Arquiteta que entende, perfeitamente, que a Cidade tem de ser ressarcida pelo custo que esses imóveis geram.

Enfim, essa questão da isenção precisa ser revista.

Outra coisa. Por exemplo, a cidade de Salvador, tenho o IPTU de 2011, para uma sala de consultório, de custa 7.532 de valor venal e paga 90 reais de IPTU. Quer dizer, outras

idades brasileiras cobram IPTU, mesmo de imóveis de baixo valor. Por que, aqui, a gente tem de ser onerado, uma parcela pequena da população onerada para arcar com todo esse custo da Cidade?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Nós que agradecemos a participação da senhora.

Peço ao Sr. Secretário que responda às pessoas e ao Sr. Vereador.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começarei pela questão da Política Urbana, que é muito importante. Mas acho que é importante entender que cada bloco de política pública tem de se discutido em suas leis específicas e em seu momento específico.

É responsabilidade de qualquer Administração fazendária - seja ela municipal, estadual ou federal – corrigir seus impostos e geri-los com o objetivo do fiscal.

As políticas sociais e urbanas a serem feitas, que seria a utilização do dinheiro, são as outras políticas a serem feitas nas suas leis específicas e nos seus momentos específicos.

Na verdade, não é nem possível se misturar as discussões, porque estaria se cometendo uma ilegalidade e uma imprecisão.

Então, até para continuar no exemplo que foi dado, uma eventual lei de incentivos como, por exemplo, para a zona Leste, vem sendo discutida, que envolve IPTU, é uma lei separada, porque uma lei de uma política social e tem de ser discutida, então, no nosso entender, de fato, a política urbana tem de ser discutida com toda a atenção, talvez, um dos temas mais importantes da cidade, nos seus instrumentos específicos, seja ele o plano diretor, seja a lei de uso e ocupação do solo, sejam leis de incentivos específicas. Se eventualmente se quiser discutir uma lei de incentivo para moradia no centro isso pode ser feito, agora, a PGV tem de ser corrigida pelos valores de mercado e pelos valores que existem, essa é a determinação da Constituição. Não podemos fugir do fato que o IPTU por mais que seja

desagradável é um imposto sobre propriedade, que é definida pelo valor de mercado. Mesmo com essa atualização, ainda estamos falando de um valor de mercado na média metade do valor venal e na média metade do valor de mercado.

É obvio que não seria razoável até atualizar o valor de mercado. Essa é uma dificuldade sobre qualquer imposto sobre o patrimônio. Muitos tributaristas escrevem sobre isso e é uma dificuldade no Brasil e faz com que se pese muito os impostos sobre consumo, que são os piores impostos para a população carente. Quando se paga um imposto alto, um ICMS, ou no próprio ISS municipal, a população mais carente paga exatamente igual à população com a maior renda. O IPTU é diferente, tem uma proporcionalidade ao valor do imóvel, mas de tempos em tempos, esse valor precisa ser corrigido e essa correção tem de ser feita da forma mais precisa, correta e técnica possível para, se depois, as discussões de política urbana se fundamentarem em cima disso.

---

Entendo que não existe na minha visão uma necessidade, nem uma possibilidade de se contaminar a PGV com uma discussão de política urbana. Acho que isso tem de ser feito nos instrumentos específicos dela, seja Plano Diretor, ou Lei de Uso e Ocupação do Solo, ou leis de incentivos específicos que queiram ser propostas.

Em relação à bolha imobiliária, é claro que existem valorizações excessivas e por isso reafirmo o que já falei: a correção do valor venal está em média 50% do valor do mercado. Então, de forma alguma, está sendo consolidada uma PGV no valor de mercado porque isso seria demasiado. Hoje, a situação é de 30% de valor do mercado e é muito fácil para qualquer um perceber quando olha o seu carnê de IPTU e comparar com o valor de mercado. Essa é a natureza do imposto.

Acho que temos essa discussão porque o IPTU infelizmente é o único imposto que exige essa atualização legal dessa base de cálculo. Ninguém repara sobre o IPVA, em que a Cidade paga mais que o IPTU. Acredito que ninguém diria que a soma de todos os carros da Cidade vale mais que a soma de todas as casas da Cidade. Só que se paga mais IPVA do que

IPTU porque o IPVA é feito sobre o valor de mercado do carro numa alíquota de 4%. E o IPTU tem essa dificuldade.

Conhecemos a dificuldade, a Secretaria trabalha com uma equipe técnica com 100% de auditores fiscais de carreira, que vem tentando trabalhar as diferenças, fazendo melhorias, inovações, e dispostos a dialogar para fazermos uma coisa que seja palatável para a sociedade, mas reconhecendo que isso é importante para as finanças públicas.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – Cumprimento os Secretários e demais Vereadores e o público presente. Sempre costumo brincar com meu colega Police Neto da prolixidade de seu pronunciamento. O Neto sempre brilhante em seu pronunciamento, entrou numa questão muito técnica.

Quero falar de uma forma mais clara e didática para aquilo que estamos debatendo aqui. Estou com a lei de 2009 aprovada pelos Vereadores que naquela oportunidade apoiaram o Prefeito Kassab. Entendo que estamos no tempo certo para buscar corrigir as graves distorções que podemos detectar, ouvir das audiências públicas e que conseguimos por meio de nossas assessorias, ouvindo a população e nós mesmos conseguimos detectar.

O que é ruim do ponto de vista democrático é você se utilizar de argumentos contrários daqueles que se utilizou no passado. Em 2009 votei a favor da atualização da PGV, que veio de 2001 para cá. Não só eu, vários Vereadores que vem aqui na tribuna também votaram a favor e hoje estão contra. Lógico ano que vem tem eleição.

Se pegarmos a lei de 2009, aprovada pelos vários Vereadores que hoje são contrários, e argumentando inclusive do ponto de vista da estrutura. Está aqui no artigo 10, esses mesmos Vereadores votaram e disseram que o Governo tinha de mandar para cá uma atualização de lei do valores da PGV. Vivi lá atrás em 2001 e vou dizer uma coisa muito simples: qual é o custo da Cidade que o contribuinte deseja pagar do ponto de vista da sua

renda?

A Marta Suplicy naquela época e que foi contestada inclusive judicialmente a Lei de 1966 estabelecia 1.2 % de alíquota sobre o valor venal do imóvel, daí o Governo do PT na época disse que não era justo e implantou o IPTU progressivo. Eu vivi isso.

Vou resumir do ponto de vista da estrutura da metodologia que nós queremos cobrar. Vamos voltar para 2001, é 1.2 para todos? Daí se estabeleceu que uma parte tinha de ter isenção, outra parte tinha de ter desconto, outra tinha de ter acréscimo e aqueles que tinham maior poder de compra deveriam contribuir com uma parte maior. Na Vila Mariana meu filho tentou comprar um imóvel e era 10.500 mil reais o metro quadrado. Ou seja, 100 metros quadrados pagaria um milhão e meio. Quanto custa para se morar em São Paulo? Você gostaria de vender para mim o seu imóvel sobre o valor venal?

Qual é o custo? Quatro por cento a pessoa paga de IPVA sobre o valor do imóvel atualizado. Esse é o grande debate. Houve uma evolução depois de 2009, a Câmara Municipal aprovou que mandasse para cá, agora, qual é a fórmula? Está muito pesado? O que estamos discutindo pragmaticamente falando Secretário e daí me dirijo a V.Sa. é o seguinte: nós discutimos sim e já que vai determinar o valor de que forma será? Como o munícipe vai arcar com esse custo? Se é esse custo mesmo que se estabeleceu com o desconto nas alíquotas e os acréscimos.

Discutimos 20% para diminuir a trava, mas o aumento vai continuar e daí pergunto, porque o Police na última audiência pública, falou que não é de finanças, mas fez um estudo e disse que se acumular a trava vai dar 200. Se acumular a trava, mas e se acumular o reajuste. Não quero falar da trava. Obviamente que matematicamente falando você acumula a trava e vai dar 200, 100. O Partido Verde está trabalhando para diminuir o reajuste e se é possível diminuirmos a trava. Vamos postergar o reajuste? Então, não vamos atualizar a PGV e o custo de se morar na Cidade também não vai se atualizar.

É possível se diminuir a trava para 20% no residencial? É possível se reduzir os



45%? Como foi feito em 2009, era 60% e reduziu. É possível isentarmos os aposentados que recebam até cinco salários mínimos, podemos fazer essa emenda em primeira votação? Depois discutirmos as demais distorções existentes. A pergunta que faço para o Secretário é se podemos continuar e qual é o reajuste médio, já que travou em 38%, em havendo essa redução? Quanto por cento dos contribuintes terão esse reajuste? Por acaso aquele mesmo contribuinte que paga 100 mil reais de IPVA na sua BMW.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Gostaria de ressaltar que a princípio quero votar contra esse projeto. A Bancada está discutindo a possibilidade, só para ficar claro que este Vereador pretende votar contra.

Tem a palavra Odilon Guedes.

**O SR. ODILON GUEDES** – Bom dia a todos. Fui Vereador em duas legislaturas aqui e acabei me especializando em finanças públicas. Esse é um tema central para São Paulo e para o Brasil, que é a questão tributária.

O Brasil é um dos países mais injustos do Planeta. Há um estudo do IPEA e quem ganha dois salários mínimos no Brasil, 53% é para pagar tributos e quem ganha mais de 30 salários mínimos, fica em 29%. Porque a maior parte da carga tributária é indireta, pega todo mundo igual. Um sujeito que vai pagar a conta de luz, se ele ganhar mil reais e gastar 100 reais ele paga 45% de tributos e outro que ganha 20 mil se ele gasta 100 reais ele paga os mesmos 45%. Isso é uma injustiça brutal.

Tem de aumentar os impostos diretos. Nesse sentido, em princípio, sou a favor desse projeto de lei. Você tem de taxar as regiões onde tem as melhores propriedades, as mais ricas, para poder a Prefeitura conseguir recursos para aplicar na área de educação e saúde. Em princípio é correta essa questão. O Brasil é o país da casa grande e da senzala.

Por exemplo, países como o México, Chile e Argentina o imposto de renda chaga a 45% a alíquota, aqui é 27,5%. O ITR do Brasil inteiro cobrado o ano inteiro é menor do que dois meses de IPTU de São Paulo. O agronegócio e o latifúndio não pagam nada de imposto

sobre a propriedade. Estou falando desse princípio para dizer que está correto o que está colocado.

Agora, há questões que devem ser relativizadas. O Vereador Police levanta uma questão importante. Precisamos conversar a questão do planejamento urbano com a questão dos tributos. O Estatuto da Cidade fala claramente que o processo orçamentário que envolve o PTA que está em debate, e só é um alerta, o Plano Plurianual está para ser aprovado até dezembro e envolve mais de 200 bilhões e ninguém sabe o que está acontecendo, não tem debate na Cidade e o processo orçamentário tem de estar ligado ao Plano Diretor. Então, é procedente o que o Vereador Police fala, como também a arquiteta Lucila.

Como é que pode o sujeito que mora na Oscar Freire não pagar IPTU? Em princípio está correto, mas deveríamos ter alguns compromissos porque não dá para aumentar o IPTU da Cidade, mas a Câmara Municipal deveria fazer um compromisso de abrir a planilha de custos das empresas de ônibus porque não é correto aumentar o IPTU da Cidade para transferir para os donos de ônibus que tem super lucros.

Esse ano o subsídio é de um bilhão e 425 milhões e no ano que vem um bilhão e 650 mil. Qual é o custo do transporte coletivo na cidade de São Paulo? Então, é um compromisso, tem de abrir.

Segundo compromisso, esse dinheiro que vai arrecadar mais deve claramente ser fiscalizado pelos conselhos das subprefeituras porque a população precisa saber onde esse dinheiro vai ser colocado. O salário dos Vereadores, dos Secretários e de todos os funcionários públicos somos nós que pagamos. Tem de ser claro onde o gasto está sendo feito. Não dá para aceitar esse tipo de questão. Tem de saber claramente onde os recursos serão aplicados.

Outro compromisso, a Prefeitura colocar o custo do metro quadrado de cada obra. Um dos problemas do Brasil é o superfaturamento que não sabemos quanto custa. Quanto custa construir um hospital? Não sabemos. Pagamos uma enormidade de tributos e não sabemos onde são gastos.

A questão da dívida do município. No ano passado, publiquei um artigo no jornal *Valor Econômico* o que acontece com São Paulo é um absurdo. A dívida quando o Pita renegociou era de 12 bilhões, hoje é de 55 e nós pagamos 20 bilhões praticamente de juros. Agora, tem uma iniciativa de renegociar essa dívida. A Dilma fez um acordo com o Governo municipal que foi muito bom para a Cidade de aplicar cerca de 8 bilhões. A Cidade tem de exigir muito mais dinheiro do Governo Federal para restituir os 20 milhões que pagamos de juros, não é favor nenhum que o Governo Federal está fazendo para nós, independentemente, de partido. São questões e tem de ter compromisso do Governo para aumentar a alíquota do IPTU em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o Sr. Artur Monteiro, do Movimento Ação Local.

**O SR. ARTUR MONTEIRO** – Bom dia a todos. Sou integrante de uma ONG que atua na região Central, sou também candidato ao Conselho Participativo da Subprefeitura da Distrital República. Sou formado em Administração de Empresas, atuei por diversos anos como auditor, especialista em orçamentos e custos, auditoria operacional, inclusive auditoria hospital.

Venho aqui hoje falar do meu ponto de vista sobre o orçamento participativo do Centro. Primeiramente venho aqui avisá-los que não estou aqui representando nenhum partido, sou, no momento, apertidário, estou aqui exercendo meu direito como cidadão.

Não é fácil administrar um orçamento como da magnitude da cidade de São Paulo. A gestão financeira se faz acima de tudo com parceria das secretarias envolvidas e principalmente do diálogo permanente entre Legislativo e Executivo. Enquanto o Legislativo não interagir diretamente com o Executivo, qualquer planejamento já nasce para dar errado. Ambos, Legislativo e Executivo, sem exceção alguma, devem focar nas necessidades da população e não interesses públicos e pessoais. Toda e qualquer forma de planejamento orçamentário, por mais amarrada que esteja, por mais detalhada que seja e por mais participativa que esteja é um convite ao fracasso certo e iminente. Citarei aqui dois exemplos

práticos para que compreendam o que tento dizer. Primeiramente um projeto de lei que afeta no planejamento orçamentário de imediato. O texto do PL 139/2013, do Vereador Jair Tatto do PT inclui o Programa Bolsa-Creche que apoia mensalmente com recursos financeiros as mães que tenham filhos em idade de educação infantil e despesas com creche, prestação de serviço similar. Dispõe também que a idade dos filhos compreenderá de zero a três anos e que a prioridade será das mães que aguardam atendimento em fila de espera. Estabelece ainda que as mães que atendam as tais disposições receberão auxílio de maior salário-mínimo por criança por um período que não for possível o atendimento em rede pública municipal. Argumenta que a medida é uma excelente solução emergencial para a fila de espera para a matrícula em creche, que é de aproximadamente 94 mil crianças. Em outras palavras, o novo comprometimento orçamentário mensal previsto para 2014, se for aprovado, de 34 milhões mensais, ou 408 milhões anuais que não estão aqui previstos no orçamento que está sendo colocado em votação.

Para ilustrar o valor de creche desse projeto orçamentário que está sendo colocado aqui em votação, somente para o exercício de 2014 é de dois milhões e 500 mil. Novamente, para frisar, dois milhões e 500 mil para novas creches para o exercício de 2014 contra 408 milhões anuais para o vale-creche proposto pela Câmara de Vereadores, a pergunta que fica no ar é por que não criar mais vagas de creches e por que esses dados não foram levantados em consideração no orçamento da Prefeitura para ser destinada mais verba para esse fim?

E o segundo exemplo envolvendo Legislativo e Executivo, só que agora afetando o orçamento em longo prazo, todos sabem que a Prefeitura e o Ministério Público tentam barrar desde o início de outubro taxistas de circular nas faixas exclusivas de ônibus. Essa medida visa aumentar ainda mais a velocidade dos ônibus. Pois bem, na Câmara de Vereadores, só nesse ano foram protocolados assuntos envolvendo corredores de ônibus, um, dois, três, quatro, cinco, seis itens. Do total, quando fazemos consultas no *site* do Legislativo com o tema “Corredores de ônibus” aparece 64 projetos de leis, incluindo dos mais diversos tipos, como,

por exemplo, permitindo corredores de ônibus exclusivo para advogados e corretores de imóveis etc. Esse tipo de projeto afeta a longo prazo todo orçamento por tempo perdido com a execução de projetos de mobilidade, ou seja, dinheiro público desperdiçado já que o Legislativo e o Executivo não se entendem.

Aproveito e venho lembrar que não se mede competência do Legislativo pela quantidade de leis criadas e sim pela qualidade das mesmas. Compete também ao Legislativo o poder de fiscalizar, e um bom exemplo disso é a CPI dos Estacionamentos. Também compete ao Legislativo consolidar as leis e isso precisamos cobrar imediatamente aos nossos Vereadores e ao Presidente da Casa, como, por exemplo, os corredores de ônibus.

Para finalizar, com relação ao orçamento da Subprefeitura Sé, não tem nada no programa com relação ao debate do Centro. Eu gostaria que seja colocada uma data para a gente debater o orçamento para a região central.

Para finalizar, me estranha hoje saber aqui e agora que está sendo debatido e questionada a receita do IPTU. Qualquer orçamento a gente faz primeiro o quê? Primeiro a gente vê as receitas para depois ver as despesas, ou seja, todo trabalho do orçamento vai ser jogado fora se de repente não for aprovado o aumento para o IPTU planejado. Isso está errado. Vocês estão fazendo de trás para a frente, primeiro se levanta a despesa e depois vai discutir a receita. Isso está errado, gente, infelizmente, está errado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Agradeço a sua participação e tem várias audiências públicas convocadas para o orçamento que o senhor poderá participar também.

Vamos ouvir o Sr. Secretário.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Obrigado, Presidente. Vamos começar pela questão dos custos. Nós concordamos com gênero, número e grau com o que foi colocado pelo nobre Colega sobre a importância de se monitorar os custos, Odilon. Tanto é fato que pela primeira vez nos últimos dez anos, nós estamos neste momento, já faz algum tempo, com edital aberto para uma contratação de uma auditoria externa de renome, grande, séria

instituição para toda auditoria do sistema de custos. Isso está aberto no *site* da Prefeitura, tem diversas empresas interessadas, vai ser um investimento importante, um custo caro para a Prefeitura, mas que vale muito a pena para a gente fazer essa auditoria de custos. Custos dos ônibus. Isso foi prometido pelo Prefeito em junho, julho e está em execução. Como todos conhecem os processos públicos, às vezes demora, mas está em execução e vai acontecer e a gente entende a importância disso.

Reforço o que eu falei no começo da sessão, de que não estamos falando aqui só de aumento da receita. Existe um trabalho de conscientização de custos sendo feito na Prefeitura. Novamente, as despesas correntes nesse ano estão correndo a um ritmo de um terço do crescimento das despesas correntes em 2012. As despesas correntes em 2012 vinham crescente a 15% ao ano, esse ano estão crescendo a 5% ao ano. A diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que é o que sobra, que se chama poupança corrente, ou seja, o que sobra para investimento também, aumentou de 19% para quase 23% nos primeiros nove meses deste ano. A Prefeitura, o Executivo, está fazendo o seu papel de trabalhar nos custos porque entende que é fundamental para os investimentos, assim como está fazendo o seu papel de buscar mais recurso do Governo Federal, do Governo Estadual, que a cidade merece. Os repasses do SUS que vão totalizar quase dois bilhões de reais neste ano vão ser, pelo menos, 30% a 40% acima do ano passado, isso em função da Secretaria da Saúde estar qualificando seus programas, está se adequando aos processos e conseguindo efetivar. Então, concordamos e isso está sendo feito. Agora, a Prefeitura precisa conseguir também gerar recursos próprios até para ter o dinheiro das contrapartidas do PAC e poder fazer os investimentos que estão sendo assinados os convênios da ordem de bilhões de reais par investimentos na cidade, porque está é uma cidade que nos últimos dez anos investiu a média, metade das outras capitais do Sudeste. Então a cidade precisa investir mais dinheiro. A questão do IPTU entra nesse contexto, concordando com o que foi dito, que estamos trabalhando em todas essas linhas e que o IPTU é uma delas, que por lei precisa ser feito.

Vereador Dalton, em relação ao que foi colocado, eu entendo que o Executivo mandou um proposta com as travas iniciais de 30% e 45%, que era o que tinha sido aprovado em 2009, mas estamos em negociação com a base aliada, entendemos que é possível rever isso para baixo, acho que se essa e a decisão...

O Executivo mandou uma proposta com as travas iniciais de 30 e 45%, que era o que tinha sido aprovado em 2009, mas estamos em negociação com a base aliada, entendemos que é possível rever isso para baixo. Se essa é a decisão da Câmara vamos rever isso para baixo. Vamos trabalhar em outro patamar de trava e obviamente isso tem de ser refletido no orçamento e será feito um ajuste, assim como foi colocado o orçamento, há receitas e despesas. Se a receita vai ser reduzida a despesa também tem de ser reduzida, mas trabalhamos com isso e trabalhamos com a possibilidade de rever algumas questões de distorções que historicamente ocorrem como, por exemplo, aposentados. Então a resposta é sim.

E para a pergunta que o senhor fez, no projeto de lei original enviado, mesmo com a trava de 30%, vamos lembrar: são 2.6 milhões de contribuintes residenciais, que é mais de 80 ou 90% da Cidade. Um terço deles está isento por valores venais de imóveis muito baixos. Um milhão e meio deles pagam IPTU. O aumento médio que estava previsto na lei era de 17%. Isso foi dito desde o primeiro dia. Não tenho o número exato de cabeça, Vereador, mas entendo que se a Câmara decidir por uma trava de 20%.

**O SR. DALTON SILVANO** – Essa trava de 20% é possível o Governo acatar.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Vereador, não dei a palavra a V.Exa., por favor aguarde.

Com a palavra o Sr. Secretário.

**R** – A resposta é sim, como o Governo vem discutindo com a base aliada, poderia ser feita uma trava de 20%. Com isso, o aumento médio para os contribuintes pagantes, porque temos 1 milhão de contribuintes não pagantes, então o aumento médio desses é zero.

Para os contribuintes pagantes o aumento médio seria da ordem de 11%, isso já embutida a inflação. Considerada a valorização imobiliária e a necessidade de correção da PGV entendemos que é um aumento obviamente acima da inflação. Há uma recomposição real, mas essa é a natureza do imposto.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Passo a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, Sra. Secretária, público presente, gostaria de fazer algumas observações e depois se o Secretário pudesse respondê-las, sei que pode ser até repetitivo, mas acho que é importante.

Primeiro, dizer que esse debate sobre a valorização da planta genérica de valores não começou hoje ou ontem. E ele não pode nem ser uma surpresa para as pessoas porque a lei de 2009 determinou que a cada dois anos houvesse atualização da planta genérica de valores. Fico surpreso porque parece que é uma novidade.

Em 2009, a lei aprovada por esta Câmara, a que fez referência o Vereador Dalton Silvano, diz o seguinte: a partir do exercício de 2013 fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar até 15 de outubro do exercício referente ao 1º e 3º ano do respectivo mandato, ao Poder Legislativo projeto de lei com propostas de atualização dos valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno, previsto na lei de 86.

Segundo, me parece e o Sr. Secretário poderia só reafirmar ou não, que essa lei de 2009 também estabeleceu um repique aos proprietários que ultrapassavam a trava de 30% na valorização do seu imóvel. Estamos fazendo um debate aqui parecido e que deveria ter sido feito em 2009.

Então, primeira coisa, não pode aqui haver surpresas porque a lei é clara e gostaria que o Secretário fizesse referência a isso. Segunda, nesse debate muito foi dito e escrito e algumas coisas não são verdadeiras. Acho importante restabelecemos a verdade. Há uma



diferença entre esse projeto de 2009 e o projeto de 2013, portanto ele pode até ser semelhante, mas não é igual.

O projeto de 2009, quando veio para a Câmara, propunha travas de 65% e de 40%. Depois, no debate no Legislativo, alterou-se para 30 e 45%. Só que o que ele não tinha e que esse projeto avança? Um: redução de alíquotas, o Governo atual propôs uma redução de alíquotas em 0,1 em todas as faixas. Dois: o projeto atual estabeleceu uma diferenciação dos isentos. Hoje, até 97.500 há isenção e depois um desconto de 39 mil e pouco. Agora não. Aprovado este projeto quem tem imóvel residencial até 160 mil vai ficar isento. E depois tem até 320 mil para fazer um aumento ou desconto progressivo. Então há uma diferença aqui.

Terceira questão que quero ressaltar e que acho importante. A composição do valor do IPTU não é só o valor do terreno. Fiquei surpreso, por exemplo, com uma matéria de um jornal dizendo que em Sapopemba o aumento foi de 104%. Seria interessante se o Secretário pudesse comentar as distorções que foram publicadas, até para que pudéssemos dialogar com o real.

Outra reflexão, o Vereador José Police Neto traz o debate da Política Urbana: como é possível cobrar menos na periferia e menos no Centro já que o Governo atual quer trazer as pessoas para o Centro. Bom, é óbvio que há o debate de trazer as pessoas para as regiões mais estruturadas, mas não foi feita ainda a discussão de levar emprego para a periferia. Segundo, o que está se propondo é manter isenção, inclusive, dos imóveis mais baratos no Centro. Ninguém vai pagar mais.

Então, Secretário, quero fazer três questões. Primeiro, me parece que há várias distorções e algumas trazidas aqui. Quero saber da Secretaria e da Prefeitura qual é a disposição de dialogar as distorções.

Segundo, na proposta feita pelos Vereadores para o Governo, além das travas, havia a discussão também dos aposentados, de como seria possível tratar os aposentados com relação ao desconto. Então quero ouvir também do senhor se essa situação avançou ou

não, que era a ideia de ampliar o número de salários mínimos para os aposentados. Inicialmente, havia a discussão de quatro podendo chegar a cinco e quero ouvir o que é possível, se é possível até porque queremos apresentar emendas dos Vereadores que apoiam o Governo para fazer esses ajustes.

E, por último, quero dialogar com o Odilon e também com o Mauro, que fez uma questão com relação ao orçamento. Odilon, a discussão das planilhas, a CPI dos Transportes está fazendo. Há, inclusive, uma sugestão que já foi acatada pelo Governo, que é de transformar a planilha que tem 30 anos em um objeto ou em um instrumento mais fácil de acesso à população, com uma linguagem mais acessível.

Segundo, a CPI com certeza – não vou adiantar aqui -, mas vai apontar mudanças na planilha que serão necessárias para que haja atualização, mudança de metodologia. Então, esse debate que acho justo e pertinente está sendo feito num outro espaço que é a CPI, e que ao final vai apresentar essas sugestões para a Prefeitura, para o Governo e para o Ministério Público.

Com relação à questão do metro quadrado, depois poderia ser feito o debate com o Governo. Com relação ao debate do orçamento, a primeira audiência pública será aqui hoje e logo após essa audiência faremos as audiências regionais e as temáticas. É verdade que a questão do Centro, nós pensamos em fazer aqui na Câmara e talvez juntando com uma das temáticas, para não ter problemas.

Então vamos fazer o ajuste necessário e queremos proporcionar toda a discussão e a transparência. Quero já deixar o convite, logo após essa audiência temos a primeira audiência do orçamento e do PPA.

Vou terminar, Sr. Presidente, com uma questão que me pareceu interessante, a *Folha de São Paulo* publicou uma análise sobre a questão da criação de prefeituras e no final do artigo, o Jornalista Gustavo Patu diz o seguinte: a receita com o IPTU, por exemplo, fica abaixo do potencial na maior parte do país, porque cobrar dos proprietários locais é mais difícil

do que participar de marchas reivindicatórias em Brasília. Quando discutimos imposto sobre propriedade, é sempre muito difícil, e eu acho que é um debate que temos que fazer permanentemente.

Em 2009, o PT disse nesta Casa que era favorável à atualização da Planta Genérica, porque, se a Planta não estiver atualizada, ela estará distorcida sempre. O que precisamos evitar é que as pessoas tenham uma tributação muito grande e dificuldade de arcar com o imposto. Agora, o IPTU não é sobre renda, é sobre propriedade. É a grande diferença, e por isso que as pessoas têm dificuldade e é para poder corrigir as distorções é que fazemos o debate.

Sr. Presidente, termino com um exemplo que me chamou a atenção. Em Praia Grande, município do litoral, um apartamento com dois quartos, sem suíte e uma vaga na garagem, com valor real de R\$ 180.000, mais valor venal de R\$ 108.000, paga R\$ 1.149,00 de IPTU. Um apartamento no Tatuapé, com 3 quartos, 1 suíte, 2 vagas, com valor real de R\$ 500.000 e valor venal de R\$ 110.000, paga R\$ 1.079,00.

Parece que a Praia Grande enfrentou o debate do IPTU na linha do que o Gustavo escreveu, e São Paulo precisa fazer esse debate de quanto vale o imóvel, quem tem que pagar, quem deve ter isenções e como, pelo metro quadrado ou pelo tamanho do imóvel. Esse debate já estamos fazendo, até para poder fazer as correções necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Secretário Marcos, gostaria de ser a voz das pessoas que tenho encontrado nas ruas. Ontem, por exemplo, fui dar uma palestra na OAB, onde havia mais de cem pessoas, e recebi uma grande quantidade de perguntas. Gostaria, então, de fazer a V.Exa. as perguntas que pude assimilar da população.

Parece, Sr. Secretário, que está havendo um grande problema de entendimento da

sociedade civil em relação à atualização da Planta Genérica. Foi matéria do *Metro* de hoje que alguns técnicos avaliaram 120 mil imóveis para poderem fazer a atualização do valor das plantas. Parece um número pequeno, mas gostaria de perguntar a V.Exa. qual o percentual de imóveis que foram avaliados para poderem fazer a atualização da Planta Genérica de Valores. Pergunto isso porque, de acordo com as perguntas feitas hoje, observamos vários exemplos de algumas distorções entre um bairro e outro. Inclusive há a questão de Itaquera, conforme informa o jornal, com 126% de aumento, e alguns setores de Alto de Pinheiros, com 86% de aumento. Em contrapartida – e isso foi até matéria do Fantástico –, há uma relação da casa do Prefeito Haddad com a Cracolândia, que teria tido a mesma valorização.

Então, o que parece, Sr. Secretário, é que não foi bem aprofundada ou não foi bem explicada essa questão. Inclusive, se foi mal executada a avaliação, esta audiência pública serve para fazemos uma *mea culpa*, serve para explicar para a sociedade como efetivamente ocorreu a revisão da Planta Genérica de Valores e esse número de 120 mil imóveis, que me parece insuficiente, pelo tamanho da cidade de São Paulo, para fazer a correção da Planta.

Não tenho dúvida alguma de que distorções estão havendo em relação à revisão dos valores da Planta Genérica.

Outra questão, Sr. Secretário, é a dívida, uma pedra no nosso sapato. V.Exa. comentou que está em fase adiantada a questão da sua regularização. Confiamos muito na sua habilidade e competência e rezamos para que V.Exa. consiga. Em havendo essa renegociação, evidentemente, os números, para o orçamento de 2013, os 50 bilhões, poderão ser revistos. Como estamos no momento de alteração dos valores do IPTU e em renegociação da dívida com a União, se tivermos sucesso, é possível termos uma diminuição do imposto ou, se houver a diminuição da dívida, usaremos isso para abater ou para investimentos?

Como estão, neste momento, essas duas discussões que convergem? Se V.Exa. puder dar uma explicação sobre isso, agradeceria.

O nobre Vereador Odilon Guedes comentou sobre os 8 bilhões que vêm do

Governo Federal e que deveria vir muito mais por causa da dívida. Só que, desses 8 bilhões, 2 bilhões vão entrar para a dívida. Então, não são 8 bilhões a fundo perdido. Estou falando isso para que o Secretário possa reafirmar isso ou não.

A situação financeira da Cidade é caótica, e alguns Srs. Vereadores, como o nobre Vereador Arselino Tatto, já comentou sobre a questão da falta de creches, situação que atinge 150 mil crianças.

Vejo, então, que existe um problema muito sério em relação à Planta Genérica e à forma como foi feita sua atualização. Parece-me que foi um número pequeno de imóveis escolhidos para fazer a meta da Cidade. Não querendo ser redundante, mas esse é o foco da minha questão, há vários exemplos de vários imóveis que mostram que alguma coisa precisa ser corrigida nesse processo.

Obrigado, Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o Sr. Secretário Marcos.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Nobre Vereador Ricardo, V.Exa. fez perguntas importantes de serem esclarecidas, porque acho que é crítico que nem todos entendam o que de fato estamos falando. Vou fazer uma exposição mais longa porque a pergunta de V.Exa. toca em questões importantes.

Vou começar com a questão da Planta e depois vou passar a palavra aos técnicos da Secretaria de Finanças, que são auditores de carreira. Para tanto, assino uma declaração muito enfática: não tem procedência essa afirmação de que é pouca amostra. De forma alguma. Primeiramente, corrijo o número. São 180 mil; 50% acima da PGV de 2009. Isso é, sem sombra de dúvida – e V.Exa. pode perguntar a qualquer tributarista do Brasil –, a PGV mais elaborada do Brasil. Isso não sou eu que estou falando, mas os técnicos. É um trabalho técnico detalhado, que durou quatro anos e que envolve a sociedade civil e organizações do meio imobiliário que trabalham com muita cautela e responsabilidade.

É óbvio que, numa amostra de 3 milhões de imóveis, existirão distorções, e elas

têm que ser tratadas. Mas faço questão que depois os auditores de carreira descrevam o trabalho, que é muito sólido.

Como é um debate complexo e difícil, às vezes as informações não chegam da melhor forma possível. Quando V.Exa. diz, por exemplo, que em Itaquera houve um aumento de 118%, vamos qualificar o que é isso. A Comissão de Valores Imobiliários, que é uma comissão conjunta entre governo e sociedade civil, identificou que, durante esses quatro anos, a valorização dos terrenos – e esse é o primeiro ponto – foi da ordem de cento e poucos por cento. Importante dizer que terreno é só tipicamente 30% do valor venal dos imóveis. Estamos falando sobre 30% da base, porque, se a maior parte é do valor venal dos imóveis, são metros quadrados de construção.

Então, em Itaquera, pela nova metodologia de zonas fiscais que foi desenvolvida, o aumento é zero, porque, a partir de agora, estamos propondo – e acho que é muito razoável – que o metro quadrado construído em Itaquera não tenha o mesmo valor do metro quadrado construído nos Jardins. Hoje, na Planta Genérica da Cidade de São Paulo, o metro quadrado de um apartamento no Jardins é igual ao de um no Itaquera, mas a proposta corrige isso. Além disso, com efeito combinado da alíquota, o aumento médio em Itaquera neste ano, para todo o distrito de Itaquera, é menos 1%.

Acho que é importante a população entender, porque às vezes fica uma impressão, pela própria dificuldade de comunicação, de que tudo vai ser reajustado em 30% ou em 100%. Não é fato e essas distorções que ocorreram na informação temos que ir corrigindo aos poucos.

A segunda distorção é que não existe a possibilidade de aumento de 200%. Essa combinação matemática de 45/45 não existe, porque os valores venais foram travados em 100%. Não existe. É importante discutirmos com cautela essas questões.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Secretário, me perdoe, mas os valores venais foram travados em 100%? Está na lei isso?

**O SR. MARCO DE BARROS CRUZ** – Não, isso está na base do valor venal.

**O SR. RICARDO NUNES** – Se os técnicos depois me puderem mostrar onde é que está isso.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Claro.

A pergunta sobre a dívida também é bastante pertinente. Todo paulistano deveria esperar que a negociação seja bem-sucedida. Estamos trabalhando para longo prazo, mas, por mais que eu gostaria, isso não traz nenhum alívio para curto prazo. O que acontece com a dívida é que temos uma dívida hoje de 54 bilhões de reais que deveria ser paga até 2030 por contrato, mas a Cidade não conseguirá pagá-la até lá. Se nada for feito, em 2030, a Cidade vai entrar em calote ou terá que parar a maior parte das suas atividades para pagar a dívida.

Então, é para isto que estamos trabalhando: para o longo prazo. Sendo a negociação bem-sucedida, conseguiremos trazer a dívida, por volta de 50 bilhões, para 30 bilhões, e com isso a Cidade conseguirá pagar sua dívida em longo prazo. Infelizmente, em curto prazo, não abre espaço, porque existe algo que se chama resíduo, e a Prefeitura tem que continuar pagando no teto. Infelizmente. Mas entendemos que estamos trabalhando para longo prazo da Cidade.

O que ela permite? Como a dívida cai de 50 bilhões para 30 bilhões, passamos a ficar solventes, ou seja, teremos capacidade financeira, que permite que, de forma seletiva, façamos novas captações para atender, se for necessário, os 2 bilhões, que o senhor bem colocou, para fazer virar realidade os 8 bilhões, porque existe contrapartida.

Entendemos, então, que é uma equação financeira muito sólida e muito responsável.

Sobre a questão dos aposentados, temos toda a intenção de dialogar. A equipe técnica propôs e entende que é muito interessante uma mudança na metodologia de desconto. Antes, se existia um limite de imposto, a partir daquilo, o contribuinte já começava a pagar um valor muito alto, havia um pulo. Agora há um desconto progressivo.

A nossa proposta em discussão com a base aliada é fazer uma coisa parecida para os aposentados, que inclusive acho que pode ser votada tão logo a Câmara decida. Hoje existe uma isenção de 100% do IPTU para aposentados que ganham até três salários mínimos. Estudando, a nossa intenção é fazer uma coisa gradual, de forma que aposentados que ganham até três salários mínimos permanecerão isentos; de três a quatro, receberão 50% de desconto; de quatro a cinco, 30% de desconto. Ou seja, para todos os aposentados que recebem até cinco salários mínimos, que é a maior parcela da população dos aposentados, não teria aumento. Muito pelo contrário, poderia até haver uma redução, porque entendemos que a metodologia antiga gerava o seguinte problema: um aposentado que ganhava três salários mínimos mais cem reais era obrigado a pagar 100% do imposto. Então, essa é a proposta que a base aliada está fazendo. Temos toda a disposição de continuar trabalhando nas distorções e continuar aprimorando para adequar os aumentos ao que a Câmara Municipal discutir e decidir. Obviamente, isso tem reflexo no Orçamento.

**O SR. RICARDO NUNES** - Para concluir, Secretário...

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Desculpe, mas o senhor vai ter que aguardar.

**O SR. RICARDO NUNES** – Eu pensei que eu estava com a palavra, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – O senhor me desculpe, mas fizemos todo o rito. Todos os Vereadores perguntaram... Não posso abrir exceção, senão terei que abrir para os outros Vereadores. Até o Vereador Adilson Amadeu vai aguardar para abrirmos a próxima audiência pública. Temos que discutir aqui o projeto que estima a receita e fixa as despesas, relativo ao IPTU. Várias pessoas inscreveram-se para falar sobre o IPTU, não sobre esse projeto.

Anuncio a presença do Sr. Marcel Domingos Solimeo, do Instituto de Economia Gastão Vidigal. Bem-vindo a esta audiência pública.

Nada mais inscritos para falar a respeito desse item, declaro realizada a audiência



pública sobre o PL 771/2013.

Declaro aberta a audiência pública sobre o PL...

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, pela ordem. Posso só fazer uma pergunta para ser respondida depois?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – O senhor vai fazer pergunta na próxima audiência pública que diz respeito ao IPTU. Está aberta a audiência pública sobre Orçamento, PL 695/2013, do Executivo, que estima as receitas e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2014.

Presente a Sra. Secretária de Planejamento, o Sr. Secretário de Finanças e os Vereadores membros da Comissão de Finanças e Orçamento, além da população.

Abertas as inscrições. (Pausa) Passarei a palavra primeiro à Sra. Secretária. Em seguida, passaremos aos presentes e aos Vereadores.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** – Bom dia a todos. Sr. Presidente, tenho uma apresentação que envolve os dois projetos: o PPA e a LOA. Pergunto se faço as exposições separadamente...

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Dessa forma, declaro aberta a audiência pública sobre os dois projetos, PL 694 e PL 695, para que a Secretária possa se manifestar.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** – Obrigada. Farei uma rápida apresentação sobre os dois projetos de lei enviados a esta Casa. O primeiro trata da lei orçamentária para o exercício de 2014 e o segundo, relativo ao Plano Plurianual da Prefeitura para o período de 2014 a 2017.

Falarei inicialmente sobre o PPA. Esse primeiro quadro é um quadro das despesas por fonte. Temos, em grandes números, para o período, uma despesa total de 215 bilhões, 138 bilhões da fonte Tesouro, que são os recursos próprios da Prefeitura. A segunda mais importante são as transferências federais, que envolvem tanto os recursos que vamos obter para levar adiante investimentos que estão dentro do PAC, que a Presidenta Dilma

recentemente anunciou, e os recursos de convênio e de outras parcerias com o Governo Federal. Como o Secretário Marcos Cruz já explicou, estamos fazendo um grande esforço de elevar esses repasses, que eram muito reduzidos em termos *per capita* na cidade de São Paulo. Porque os projetos da cidade de São Paulo muitas vezes não se adequavam aos protocolos exigidos pelos convênios federais; com isso, os recursos federais a Cidade tinha – por exemplo, para a saúde – eram muito mais reduzidos do que poderiam ser.

Esse processo está em pleno andamento na área de saúde, de assistência social, cultura *etc.* Com isso, estamos tendo um crescimento da receita vinda do Governo Federal proveniente de convênios. Então, o segundo item mais importante é esse, das transferências federais.

Há o Fundo Constitucional da Educação, grande, pelo tamanho da Cidade. Eu destacaria também os recursos vinculados do Tesouro Municipal, que são os recursos de fundos como Fundurb, FMSAI, operações urbanas *etc.*

Eu destacaria apenas esses itens.

Aqui eu tenho as despesas por programa, que só coloquei para vocês verem, mas não vou entrar em detalhes porque se trata de um quadro com muita informação. Vou discutir e apresentar os números dos principais programas do PPA em termos de valores consignados na proposta.

Eu destacaria as ações e serviços de saúde e os recursos para mobilidade urbana. A educação aparece aqui com um valor inferior ao da saúde porque os recursos de pessoa não estão incluídos nesses valores e a maior parte dos recursos da educação é para pagamento de pessoal.

Aqui temos apenas as despesas por programa, que não se incluem as despesas com pessoal, pois estão em um programa à parte. Eu destacaria aqui principalmente a mobilidade urbana, a grande ênfase que o Governo está dando nessa questão e nos investimentos que serão feitos nessa área, totalizando 24 bilhões no período de 2014 a 2017.

Acho que é, isoladamente, o programa que tem a maior quantidade de recursos, fora as áreas tradicionais de educação e saúde.

Também há uma disposição de melhorar muito a questão da drenagem na Cidade. Há um volume bastante grande para drenagem buscando-se, evidentemente, reduzir o problema crônico da cidade de São Paulo, que são as enchentes e os alagamentos.

Aqui eu tenho a regionalização dos projetos. Quero destacar que pela primeira vez o PPA apresenta os projetos e programas de modo regionalizado. Também não falarei de região por região, mas quero destacar uma questão metodológica muito importante: a gente tem agora no PPA todos os programas regionalizados. Há um detalhamento de ação que mostra região por região, onde cada equipamento será construído. Houve um enorme esforço de planejamento, de correr atrás da informação, que foi pilotado pela Secretaria de Planejamento, com a colaboração de todas as demais unidades orçamentárias, que nos permitiu fazer essa regionalização.

Então nós pegamos, por exemplo, a ação de construção de centros de educação infantil. E essa ação, se vocês virem, tem um asterisco, o que indica que é uma ação que faz parte do programa de metas. E ela tem um detalhamento – DA –, que é a especificação de que em local serão construídas cada uma dessas seis creches. Então no caso dessa ação, que envolve a construção de 243 centros de educação infantil, nós vamos ter 243 DAs – detalhamentos de ação.

Graças a esse detalhamento de ação se tornou possível a regionalização dos projetos, ou seja, dos investimentos, tal como aparece nesse quadro – ao qual volto apenas para mostrar que as subprefeituras mais distantes, mais periféricas, com os maiores índices de vulnerabilidade, são as que receberão os maiores volumes de investimentos. Destaco M'Boi Mirim, Capela do Socorro, São Mateus, Campo Limpo, que são subprefeituras onde há um grau de vulnerabilidade social muito forte, e onde a maior parte dos investimento será concentrado.

Mas o destaque que eu queria fazer, de fato, diz respeito à metodologia. E para completar essa observação, queria observar que foi feito um enorme esforço de concatenação do PPA com o programa de metas.

O programa de metas foi apresentado à sociedade no dia 26 de março, cumprindo a Lei Orgânica do Município, que dá 90 dias ao novo gestor para apresentar um programa de metas. Houve, inclusive, uma audiência pública nesta Casa e mais 34 audiências públicas espalhadas por toda a cidade. Esse programa de metas foi, portanto, feito de forma participativa, e a sua versão final será impressa e distribuída à população no terceiro grupo de audiências públicas que serão feitas em relação a tema nas subprefeituras, e que ocorrerão proximamente. Portanto, esse programa de metas foi feito de modo participativo, e foi o fio condutor da elaboração do PPA. Então hoje, ao se abrir o PPA, é possível encontrar o programa de metas. Existe uma seção, inclusive, que se chama *O programa de metas dentro do PPA*. Podem ser encontradas todas as metas, tudo que está consignado, passível de ser encontrado como ação e como programa, detalhado, regionalizado, com os gastos previstos por ano no PPA.

Sobre o PPA, era o que eu tinha a dizer.

Queria realmente destacar o enorme esforço metodológico que foi feito pela Secretaria do Planejamento para apresentar uma peça que reflita, de fato, um planejamento municipal, e que faça com que programas de metas e plano plurianual conversem entre si, apesar de os períodos não serem rigorosamente os mesmos. O programa de metas, como se sabe, é de 2013-2016, e o PPA é 2014-2017.

Passemos à Lei Orçamentária.

Tenho um primeiro quadro geral da natureza da despesa, bem reduzido, que compara o orçamento de 2013 com o orçamento de 2014. São quatro grandes grupos: pessoal e encargos sociais, com crescimento de 12,2%; dívida, que envolve juros e amortização, com um crescimento de 10,9%; outras despesas correntes, com crescimento de 12,8%; e

investimentos, inversões financeiras e reserva de contingência, crescendo 62,8%. O crescimento muito grande das despesas de investimentos e inversões decorre justamente desse esforço que está sendo feito do lado dos custos, para se conseguir recursos próprios para investir mais, e claro, na sua grande maioria, os recursos que vêm por força das parcerias com o Governo Federal, em especial do PAC.

Aqui eu tenho um quadro que eu vou apenas apresentar, mas não me referir a ele detalhadamente.

Este outro é o quadro das despesas por órgão – secretarias, Câmara, etc.

E vou comentar, que parece mais interessante do que por órgão, as despesas por função.

Temos “rankeadas”, em termos de volume, as despesas por função, previstas no orçamento de 2014. Começando, claro, pela educação; em seguida, saúde, em relação ao qual eu gostaria de fazer um destaque.

A saúde está crescendo mais do que o orçamento, 25,7%, ao passo que o orçamento está crescendo 20%. A saúde tem ocupado uma parcela crescente dos recursos orçamentários, e há um esforço do Executivo desta gestão em melhorar a qualidade e a universalidade dos serviços de saúde.

Na sequência, temos, por função, o transporte, e, claro, com um peso muito grande dos investimentos em mobilidade – em corredores, principalmente. E isso faz com que mobilidade seja a terceira função mais volumosa em termos de recursos. Depois, urbanismo, que são os recursos de operação urbana envolvidos; habitação; saneamento, e assim por diante.

Minha intenção era realmente dar um destaque às despesas, por função.

Queria também explicar que esse crescimento negativo muito grande das despesas na área de trabalho – promoção do trabalho na cidade – se deve ao fato de que no orçamento de 2013 estavam presentes os recursos para a emissão dos CIDs, que financiam o Estádio

Itaquerão; e no orçamento de 2014 não há esse valor.

Aqui eu tenho um gráfico de pizza, que torna sempre mais fácil entender, em que na pizza do lado esquerda estão todas as despesas constitucionais, legais, e aquelas que são vinculadas por força de convênio. Ou seja, são despesas vinculadas por força de dispositivos legais que obrigam que esses recursos sejam aplicados aqui ou acolá.

Então temos o pessoal com 6,4 bilhões do orçamento de pessoal, fora saúde e educação, cujo pessoal está nas próprias áreas. O pessoal, fora saúde e educação, 6,4 bilhões, dos 50,7. A dívida, mais os precatórios, são 6 bilhões – para vocês verem como isso representa um peso enorme para a cidade. Na realidade, é uma dívida – porque precatório também é dívida – que leva 6 bilhões num ano. Temos 12,4% bilhões na educação, 8,4 bilhões na saúde; 6,7 para os investimentos do programa de metas, do PAC e mais a contrapartida municipal; e o 0,8% do Legislativo, que envolve os recursos para o funcionamento da Câmara e do Tribunal de Contas.

Então, quando se tira tudo isso, sobra quanto dos 50,7 bilhões? Sobram 10 bilhões. E qual vai ser a destinação desses dez bilhões. Então aí nós temos isso que chamamos de despesas discricionárias do município mostrando ali que a gente vai ter 1,1 bilhão nas subprefeituras, mais 1,4 bilhão nesta outras áreas sociais de assistência, cultura e esportes etc., mais 2,6 bilhões para o gerenciamento do transporte coletivo, lembrando que aí nós temos o subsídio à tarifa que desses 2,6 bilhões pesa aí 1,6. Temos depois 2,4 bilhões para área de limpeza, que envolve limpeza e varrição da cidade, coleta de lixo, limpeza e varrição, iluminação e o Serviço Funerário e o 1,3 bilhão para áreas meio, todas elas, finanças, planejamento, negócios jurídicos, relações internacionais, Secretaria de Governo, enfim, todas áreas meio, e mais 1,2 bilhão do programa de metas que será feito com recursos municipais, portanto, não estão aqui do lado de cá, onde estão apenas os recursos do PAC e as contrapartidas relacionadas a eles. Então a gente fez esse quadrinho para mostrar, essas duas pizzas interligadas, para mostrar qual é a destinação que está sendo proposta dos recursos

orçamentárias, principalmente para esses dez bilhões que sobram, vamos dizer assim, uma vez descontados todos as despesas constitucionais legais e por força de convênios.

Finalmente, eu queria dizer que tudo isso, tanto a integridade da lei orçamentária e do PPA estão nesses *sites*. Queria chamar a atenção dos senhores para o *site* Planejasampa, é um *site* que foi inaugurado na semana passada, é um portal de comunicação da Secretaria de Planejamento com a população, é um instrumento do que nós chamamos de ciclo participativo de orçamento e planejamento. Ali os senhores vão encontrar todas essas peças, informações sobre o Conselho Participativo Municipal e, em breve, a gente também vai estar abrigando um sistema de acompanhamento das metas pela população. O programa de metas, além do Planejasampa, também está nesse *site* específico.

Era isso que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente, nobres Vereadores, todos os presentes, bom dia.

Sr. Secretário Marcos Cruz, Secretária Leda Paulani, primeiro vou fazer três perguntas, vou fazer um comentário, porque, na verdade, vamos votar o IPTU e os debates depois vão ficar também para a parte da tarde.

O Secretário Marcos Cruz depois pode até me responder, a metodologia usada para o aumento da alíquota do IPTU, como ela é formada? Outra pergunta: a Prefeitura não pode agir como uma empresa, aumentando o valor do IPTU na valorização dos imóveis? Administrar o bem comum com uma alíquota justa, isso aí eu acho que teria uma condição boa de se fazer.

Falaram aqui, teve um rapaz que usou o microfone estava falando, inclusive de corredores de ônibus, da frota, uma frota que temos de 7.200 veículos, que já começa errado porque 2.500 de veículos não pagam absolutamente nada de IPVA e multas em cinco anos

que não pagam nada. Eu faço parte da CPI dos Transportes e queria dizer e deixar muito claro que a planilha é uma planilha fictícia, além disso, a gordura dessa planilha daria para subsidiar tudo no nosso município, haja vista que no final dessa CPI logicamente deveremos levar, além de para o Ministério Público, para o Prefeito para que ele faça uma análise do que pode ser feito de transporte na cidade de São Paulo.

Outro momento que dá para falar é essa dívida brutal que temos. Lógico, em um acordo que se faça com a União teremos condições de melhorar muito a vida da população de São Paulo.

Percebemos e eu sou de uma região que terá um aumento brutal do IPTU, Brás, Pari, Canindé, Água Rasa, Belém, Mooca. Há uma cobrança gigante da população em querer saber se não temos um transporte de excelência, não temos creche – faltam pelo menos 120 mil vagas – quando falei da construção de um estádio, quase me mataram – o pessoal do time da zona Leste onde usaram todos os CIDs e nada mais foi feito além do estádio. Não foi feito nenhum hospital, nenhuma creche, nada.

Depois, ouvi falar de três milhões de imóveis. Qual é a arrecadação desses imóveis? Secretário Marcos Cruz, qual o entrosamento que têm os auditores com os agentes fiscais?

Darei um dado simples. Hoje, milhares de comércio na cidade de São Paulo pagam imposto como residência e os senhores não conseguiram identificar até hoje. Eu provo isso. Vou deixar a matéria para mais tarde. Estou tentando marcar uma audiência com o Prefeito Haddad há três meses porque pedi que técnicos fizessem um levantamento e cálculos de perdas tributárias, eles fizeram e estou assombrado. Poderíamos estar arrecadando no Município em um ano seis bilhões de reais.

Então, desafiem-me a arrecadar esses seis bilhões e não ter aumento de IPTU. Eu tenho a fórmula. A fórmula eu vou dar a hora que o Sr. Prefeito falar que quer entender porque até agora os senhores estão falando que podem ver uma trava menor, pode ser de 30% a



45%. Nada disso a população vai aceitar. A população não vai aceitar nem um pouquinho a mais da inflação. Os senhores tinham de ter outras fórmulas e a fórmula principal é que os senhores não têm. Eu vou provar que os auditores com os agentes fiscais não têm entrosamento.

Então, o cálculo que me foi dado por especialistas, funcionários do Município, é de R\$6.272.466.000 que poderiam vir aos cofres do Município. A tabelinha está aqui e mostra as perdas do IPTU com imóveis residenciais, perdas do IPTU com imóveis residenciais em outras áreas e perdas – essa é uma boa – do ISS que não são cobrados. E aí vem cobrar daqueles que saem às 5h, volta às 22h, demora a ir e voltar ao trabalho e aí vem um aumento brutal do imposto.

Sem dúvida, se o aumento passar dos 6,1%, o Governo não terá o voto do Vereador Adilson Amadeu. Eu não vou votar da maneira como os senhores estão apresentando. Com toda a delicadeza, a Secretária Leda começou a demonstração falando da pizza, é uma fórmula que fica bonita no gráfico, mas para a população não é interessante falar em pizza.

Nós, Vereadores, que andamos no meio da população - e estou aqui porque a população votou no Adilson Amadeu - está muito difícil para o Vereador explicar o aumento do IPTU.

A audiência que estou pedindo com o Sr. Prefeito e que queria levar dois técnicos e, logicamente, ele iria chamar o Secretário Marcos Cruz para participar, eu iria ficar feliz. Como não me chamaram em audiência e eu acredito nos técnicos que fizeram esse levantamento, eu vou votar contra se o aumento do IPTU passar de 6,1%.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia. Sou Fábio Siqueira, munícipe da cidade de São Paulo e membro do Movimento de Resistência e Apoio dos Conselheiros do Orçamento Participativo de São Paulo.

É com grande alegria que vemos falar pelo 12º ano sobre a questão do orçamento e, agora, do PPA.

Saúdo o Sr. Presidente da Comissão Roberto Tripoli, a Sra. Vereadora Marta Costa e os Srs. Vereadores Paulo Frange, Ricardo Nunes, Jair Tatto, Adilson Amadeu e Alessandro Guedes.

Gostaria de saber do Vereador Tripoli se será fala geral dos dois projetos ou se vai poder falar de um e depois de outro?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – O senhor fique a vontade. Fale dos dois porque o Sr. Secretário já fez a apresentação dos dois.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Ótimo. Vamos falar do PPA e da LOA.

Início por uma cobrança à Comissão de Finanças. Já saiu o calendário das audiências temáticas e não estão as Secretarias de Cultura e nem a de Assistência Social, como também outras importantes para a Cidade.

Por que não fazer como outros anos de todas as secretarias? Audiências públicas de todos os temas e não só Educação, Saúde e Transporte. É importante que o orçamento de cada secretaria seja debatido em audiência pública. Regionalmente e centralmente nesta Casa.

Solicitamos as audiências públicas com as empresas – SPTuris, Prodam, Secretaria de Turismo, cada secretaria tem de ter o orçamento exposto aqui porque hoje é impossível falar disso tudo, não dá tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Já vou te responder, via relator, em relação às audiências públicas.

**O SR. PAULO FIORILO** – Fábio, todas as secretarias e todas as empresas estão sendo chamadas para as audiências públicas. Você citou Cultura, vai ser a audiência temática na segunda. Dia 4/11/2013, das 10 às 14. Se você acessar o calendário, todas estão.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Ok. Obrigado.

Repetindo a tradição democrática desta Casa.

No quesito das regiões. Por exemplo, Subprefeitura de Itaquera foi incluída na região de Cangaíba. Ou seja, parece-me que a divisão regional não está muito precisa. Seria ideal fazer em cada Subprefeitura, mas é necessário corrigir alguns problemas das divisões regionais.

O PPA de 2014 – 2017, infelizmente, padece de maior consulta à população. Não é possível que um processo tão importante tenha agregado apenas 10 mil pessoas e não tenha sido feito em nível distrital. Foi apenas nas Subprefeituras. Isso é muito complicado, porque a Cidade é dividida em distritos, 96 distritos. Então, várias regiões acabaram não discutindo a questão do Orçamento e dos planos plurianuais.

Portanto, solicitamos uma maior participação popular nesse processo.

Também na questão do Orçamento. Observamos, na peça orçamentária, sete volumes e não observamos um volume fundamental das audiências públicas.

No volume sete está escrito: *Regionalização e detalhamento em ações*. Isso não é o relatório das audiências públicas.

Então, é lamentável, porque isso, desde as leis mais básicas, solicita que, no Orçamento, esteja detalhado o que a população falou nas audiências.

Lembramos que, na época em que existiu um orçamento participativo sério, nesta cidade, entre 2001 e 2004, o que vinha para esta Casa? Plano de Obras e Serviços.

Isso não houve neste Orçamento. Ainda é um processo muito frágil de participação, diferentemente do que foi o esperado pela população.

Questão dos temas. O PPA tem outra falha muito grave: não está completo. Ele não poderia ter sido mandado, para esta Casa, com lacunas.

Por exemplo, boa parte das creches apresentadas no PPA não tem nem distrito fixado. As propostas da área de Cultura, não sabemos o que é biblioteca, o que é teatro, o que é casa de cultura.

Então, é muito absurdo ter sido mandado um PPA, para esta Casa, com um monte de lacunas!

Há a questão da falta de detalhamento absoluto no Orçamento. Isso promove injustiças.

Por exemplo, o PPA que esta Casa tem de corrigir até 2017, explicita que não terá nenhuma creche na região da Lapa, Jaguaré, Vilas Maria e Medeiros e Guilherme. Isso é uma grande injustiça!

Na audiência pública, realizada na Vila Maria, foram apresentados dois CEUs, mas eles não estão nem na LDO, nem na peça orçamentária.

Então, regiões carentes como Jaguaré, Vilas Leopoldina e Medeiros e Jardim Brasil simplesmente são condenadas a não ter nenhuma creche daqui a quatro anos!

Isso tem de ser mudado.

Estamos pedindo, há mais de um ano, uma reunião com a Secretaria de Planejamento e a Secretária não nos recebe. O Movimento poderia contribuir para uma maior democratização, porque isso que querem fazer não é orçamento participativo, é uma elitização da participação na cidade de São Paulo. Nós, a princípio, somos contra isso.

Pedimos a ajuda da Câmara Municipal para democratizar melhor o Orçamento da cidade de São Paulo e, principalmente, que as propostas da população sejam levadas em conta.

É lamentável que uma gestão petista tenha chegado a esse ponto!

Vergonha!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Obrigado.**

Tem a palavra o Sr. Roberto Delgado de Carvalho, do Movimento Popular de Saúde.

**O SR. ROBERTO DELGADO DE CARVALHO – Bom dia a todos.**

Estamos fazendo um grupo de acompanhamento do Orçamento e participo, também, de alguns conselhos de Saúde.

Queria lembrar que foi realizado, no início de outubro, a 17ª Conferência Municipal de Saúde.

Peço a atenção dos Srs. Vereadores e do Executivo, que tenham em conta as reivindicações feitas nessa Conferência na proposta do Orçamento.

Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Obrigado.**

Passo à Secretária de Orçamento ou o Secretário de Finanças para quem quiser responder.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Com relação às observações do Vereador Adilson Amadeu e referiu mais à questão do IPTU novamente e não propriamente às questões aqui de Orçamento.

Enfim, ele disse que não há entrosamento entre os auditores tributários e os agentes fiscais e que há formas de triplicar. Ele falou em 6 bilhões e depois falou em 6 trilhões. Seis trilhões não pode ser, porque eu lembraria que o nosso PIB, do país, é de 4 trilhões e meio. Então, devem ser 6 bilhões, que ele está estimando.

Mas, enfim, o que queria colocar é que tudo que é possível ser feito para aprimorar a arrecadação de impostos, do ponto de vista de cobrar aquilo que é devido, está sendo feito. A equipe, que está na Secretaria de Finanças, é de primeiro nível, muito entrosada. Trabalhamos muito em parceria. E eu tenho a mais plena confiança na qualidade técnica do trabalho da Secretaria de Finanças.

Acho, sinceramente, difícil, não que não seja possível, aprimorar. Sempre é. Mas acho, sinceramente, difícil que haja falhas de procedimentos capazes de dobrar a arrecadação do IPTU, que é, mais ou menos, isso que o Vereador colocou.

Em todo caso, claro que estamos abertos a ouvir e discutir o resultado desses

trabalhos técnicos aos quais o Vereador se referiu.

Com relação ao que o Fábio Siqueira colocou, queria lembrar o seguinte: primeiro, com relação ao PPA não estar completo. Diria que essa é a primeira vez, na história da Cidade, em que o PPA está regionalizado, que você tenha a apresentação, ação por ação, programa por programa, da regionalização dos recursos.

Foi feito um enorme esforço. Poderíamos, comodamente, termos feito exatamente como sempre se fez: sem nenhuma regionalização. Não julgamos que isso fosse o correto. Já tínhamos um programa de meta que estávamos regionalizando. Fizemos esse enorme esforço de mudança metodológica que implicou a equipe da Coordenadoria do Planejamento, durante quase um mês, sair do prédio do Viaduto do Chá, às duas, três horas da manhã, para poder cumprir o prazo legal e poder produzir essa peça do jeito que ela está hoje.

Peço a todos que, ouvirem o pronunciamento do Fábio Siqueira, que, por favor, comparem este PPA com a peça que existia anteriormente, para avaliar se houve ou não uma enorme evolução, do ponto de vista da satisfação que o Executivo tem de dar para a população.

É claro que é possível ainda melhorar mais. A regionalização por distrito, porém, diria que, dada a quantidade de informações que temos no momento da elaboração do PPA, ela é virtualmente impossível.

Para conseguir regionalizar por Subprefeitura, tivemos esse trabalho todo que estou relatando aos senhores.

Com relação às creches. O Fábio colocou, assim como já havia colocado em nosso seminário, a questão da inexistência de creches em alguns distritos.

O que acontece? O Prefeito Haddad, desde o início do Governo, mandou constituir um grupo de trabalho para buscar terrenos. A maior dificuldade da Cidade é encontrar terrenos para viabilizar a construção de terrenos para a construção de equipamentos públicos.

Houve um grande resultado desse grupo de trabalho. Porém, dada a magnitude, o

número de equipamentos que se prevê construir, para alguns deles ainda não há terrenos e, portanto, não é possível regionalizar.

No caso das creches, em particular, há um número substantivo delas, da ordem de 80, 90 creches, que ainda serão regionalizadas.

Portanto, não é possível dizer que, na Lapa, não vai ter creche. Pode ser que venha a ter.

Com relação à questão da participação. O Fábio reclamou de que as audiências públicas deveriam ter sido feitas por distrito.

Claro, se tivéssemos feito por distrito, teríamos conseguido juntar muito mais pessoas. Só que há um problema legal: a lei que institui o Programa de Metas diz que primeiro o Executivo tem de apresentar um Programa de Metas em cada nova gestão, em até 90 dias. Na sequência, no período de 30 dias, precisamos realizar as audiências públicas em todas as Subprefeituras.

Para conseguir viabilizar, em 30 dias, audiências públicas em 31 Subprefeituras tivemos de fazer um processo de concentrar as audiências públicas em sábados, onde havia 7 ou 8 audiências públicas em paralelo na Cidade, para conseguirmos dar conta desses 30 dias que a lei nos dá como prazo.

Se fôssemos fazer por distrito, não cumpriríamos a lei: tão simples quanto isso.

Ele disse, também, que as devolutivas do Programa de Metas ainda não foram feitas. Foram feitas. Fizemos 32 audiências públicas devolutivas do Programa de Metas, no mês de agosto. Fomos a cada Subprefeitura. Apresentamos o que cada Subprefeitura demandou e aquilo que pode ser incorporado no Programa de Metas.

Mais que isso. Apresentamos à população a possibilidade de fazer uma priorização das metas para sinalizar, um pouco, para a gente a questão do Orçamento de 2014.

Vamos fazer uma devolutiva dessa priorização em audiências, agora, em novembro, onde também serão discutidos, participativamente, recursos para obras nas

Subprefeituras.

Então, eram essas as respostas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

**O SR. TATTO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço algumas ponderações como Vereador novato. Tenho lido algumas coisas e queria, já em forma de pergunta ao Secretário Marcos Cruz. Em 2009, tivemos 45% a trava para imóveis não residenciais.

Tenho acompanhado também que nós, em 2009, atualizamos a Planta Genérica de Valores, em 30% em imóveis residenciais.

Estamos discutindo, hoje, a possibilidade de 45 e de 30, considerando a primeira audiência e buscando um entendimento para a primeira votação hoje - podendo ter emendas e, até, um substitutivo.

Tenho informação, também, que vamos isentar 23.426 imóveis a mais na Cidade.

Tenho, também, uma informação em que, além da redução, vamos ter uma redução de 0,1 nas alíquotas em todas as situações, pelo projeto do Governo.

A outra informação que eu tenho, é que lá no Alto de Pinheiros vamos ter 29,48% de atualização. E tenho, também, informações que no Parque do Carmo vamos ter menos 10,25. Alguns exemplos: na Cidade Líder, 9,52. Mas também tenho aqui informações que lá no Grajaú, 6,70 de aumento; em Cidade Ademar, 7,90 de aumento. Então, isso me preocupa. Não sei qual é o critério, se cabe uma redimensão por distrito, ou por zonas fiscais, para corrigirmos possíveis discrepâncias.

Por natureza, acho que o IPTU é o imposto mais justo que tem. Quem tem mais, paga mais. Quem tem menos, paga menos.

O grande problema nosso, hoje, é como é que você localiza, na cidade de São



Paulo, onde fala que na Rua Augusta três quartos são isentos e três quartos na Cidade Dutra, ou no Grajaú, não é isento.

Então, a Prefeitura teria de trabalhar esse mecanismo melhor.

Na questão política, 1,7 bilhão de Orçamento significa, da receita para o ano que vem. São 22% da receita prevista para o Orçamento.

Eu queria saber qual o caminho que a gente acha para governar uma cidade se não fizer a correção.

São três coisas que eu queria chamar a atenção. A questão da legislação, que somos obrigados a corrigir. A segunda, as receitas que o município precisa para governar. E a terceira é a questão da justiça social e do preço que a Cidade paga por um recorte social mais dinâmica.

Pela primeira experiência que temos, acho que podemos fazer muitos debates, mas ainda não entendi, nesse debate, qual é a diferença, qual é a discrepância que existe deste projeto e deste Governo, qual é a maldade tributária com relação a outros projetos de outras gestões.

Não sei qual é a média. Uns dizem que é 24, outros dizem que é 30%. Dizem que a média de aumento é 24. Quero que o Secretário também responda o que essa média ponderada representa na Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Antes de passar ao Sr. Secretário, só eu não me pronunciei até agora.

Lembro ao Vereador Jair Tatto que, de fato, onde que eu moro, em Pinheiros, o aumento é de 30%. Na Bela Vista, 28,89%. No Brás, 29,82. No Cambuci, 23. Campo Belo, 25%. No Carrão, 14%. Casa Verde, 11. Consolação, 28,61. Cursino, 22,70. Itaim bibi, 28,61. Jardim Paulista, 29,12. Moema, 29,24. Perdizes, 28,33. Santa Cecília, 29%.

A relação está aqui, à disposição de todos.

A última vez que teve um aumento dessa forma foi na época de Jânio da Silva

Quadros.

Tem a palavra ao nobre Vereador Paulo Frange.

**O SR. JAIR TATTO** – Antes, tenho aqui uma informação. Artigo 8º, da Lei 5.044/09, 30% para os residenciais e 45% para os demais casos. Alguém me passou isso. Eu estou errado?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Não. Não está errado.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** – Obrigado, Sr, Presidente,

Secretária Leda, no Plano Plurianual, temos a construção de três hospitais: um para substituir o Alexandre Zaio; o outro em Parelheiros e o outro na Brasilândia.

Estou no quinto mandato, desde o meu primeiro dia, de meu primeiro mandato incluímos em todos os orçamentos, de lá para cá, recursos para iniciar um projeto para Brasilândia. Não conseguimos anda. Veio o PPP, inventaram de tudo e não conseguiram nada. A púnica coisa que conseguimos foi um absurdo de um terreno de 54 milhões, onde tem um buraco, uma cratera, de uma pedreira e mais uma área do verde, que não pode ser mexida, e mais um platô, que o Município compraria para fazer o hospital lá. Acho que ninguém, no mundo, compraria esse terreno, a não ser São Paulo. Esse terreno era da Veja, e cheira muito mal e desde o início não gostamos da ideia.

Estivemos recentemente lá com o Prefeito Haddad e com o Secretário Celso Jatene, que localizou um terreno, que é da nossa propriedade, e não temos de gastar nenhum tostão, plano, de 17 mil metros quadrados, e deixaríamos de gastar 54 milhões de um hospital que custa 150 e já poderíamos começar o não que vem.

No Plano Plurianual, tem reservado 600 milhões para quatro anos, mas é um recurso muito pequeno para o próximo ano. Acredito que esse, talvez, seja o mais próximo e a mais fácil das construções que virão por aí.

Gostaria de ouvir a senhora sobre isso.

A outra pergunta é com relação a Itaquera. Desde 2008, conseguimos a DUP de um terreno junto a Jacu-Pêssego, extraordinariamente bem localizado e não conseguimos colocar na LDO, mas ele estava no Orçamento do ano passado.

Gostaríamos de tentar, com uma emenda técnica, voltar a essa situação porque o processo já saiu da Subprefeitura e voltou para o Governo para que possa receber a última apreciação.

Gostaria que fizéssemos comentários a respeito desses investimentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Eu que agradeço.

Passamos a ouvir, agora, o Sr. Dorberto Carvalho.

**O SR. DORBERTO CARVALHO** – Bom dia a todos.

Represento aqui a Cooperativa Paulista de Teatro, que tem cerca de 4 mil artistas e técnicos associados; cerca de 750 coletivos e estimamos que 80% da produção teatral do Estado passa pela Cooperativa.

É óbvio que não vou fazer aqui observações pontuais, porque essas, vamos deixar para o dia 4 de novembro, quando terá a audiência com a Cultura.

Só que a minha fala aqui, como a fala em outros anos, é no sentido de lamentar a participação da cultura no Orçamento da Cidade.

Ano após anos vimos aqui para discutir o Orçamento e, se formos observar em um gráfico de pizza, vamos perceber que a cultura representa um pequeno filete, cerca de 0,7% do Orçamento da Cidade, e que, hoje, já não corresponde mais o desenvolvimento da atividade cultural na Cidade como um todo, sobretudo nas periferias.

Então, queria chamar a atenção desta Casa. É mais uma observação que fazemos ano após ano.

Talvez, essa parcela do Orçamento, reflete, um pouco, a concepção que o Executivo e o Legislativo têm da dimensão da cultura na Cidade, que está sendo vista, nos

últimos anos, como mero entretenimento, como mera atividade mais próxima de uma atividade mercadológica. A cultura não tem sido pensada na Cidade como uma atividade formativa, preventiva, quando a Secretária Leda Paulane apresentou o PPA, falou que estão sendo privilegiadas as regiões com mais alto índice de vulnerabilidade social e com menor IDH.

Para que se dê um desenvolvimento social e humano, para elevar o IDH, dessas regiões, a gente tem que colocar aparelho de cultura. Se vocês observarem, não vou fazer observação pontual, mas, em Pirituba, no orçamento, estão previstos 50 mil reais, numa região que não tem um aparelho de cultura, assim como na Vila Maria também não tem. Agora estamos brigando para ter um centro cultural na Praça Oscar.

Queria apelar um pouquinho para a sensibilidade dos senhores, porque, hoje, a fatia do orçamento da cultura não reflete o real desenvolvimento cultural da Cidade e, muito menos, a real necessidade da população de acesso e fruição dos bens culturais.

---

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** - Muito bem. Meus parabéns pela participação do Movimento Cultural. Estaremos juntos na audiência pública para discutir esse fator importante.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Reforçando a fala do Norberto, em nome da Cooperativa e em nome do Programa Vocacional da Cidade de São Paulo, nós consideramos que a cultura é vista com certo descaso na cidade de São Paulo e, para mim, causa estranheza ficar discutindo o aumento do IPTU numa cidade que tem um dos custos de vida mais altos do mundo. Considero um absurdo, com tantas questões urgentes na Cidade, abrir o orçamento para discutir essa proposta de IPTU, que acho extorsiva.

Em relação à cultura, nós, artistas, vamos empreender uma luta para pedir 2% do orçamento geral da Cidade para a cultura. Não é possível que a cidade de São Paulo não consiga enxergar a importância da cultura para a Cidade, no desenvolvimento do imaginário da população da periferia e de toda cidade, quer dizer, a cultura é a alma de um povo.

E a gente não está falando de cultura de entretenimento. Estamos falando de cultura de pesquisa, de raiz, de identidade. É preciso que a gente faça uma revolução nesse

sentido na Cidade. Aproveitar este momento e revolucionar a cultura na Cidade.

É isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** - Passemos a ouvir o ex-Vereador Odilon Guedes.

**O SR. ODILON GUEDES** – Queria dizer para a Secretária Leda que essa discussão é uma questão central porque estamos discutindo aonde nosso dinheiro vai. É que as pessoas ainda não perceberam que dinheiro público não dá em árvore. Nós pagamos muito imposto.

Primeiro, Secretária, é preciso deixar o mais transparente possível o orçamento. Não adianta colocar no site da Prefeitura, porque ninguém acha. Para se achar o orçamento é preciso saber que está na Secretaria do Planejamento e clicar até achar; para a arrecadação é a Secretaria de Finanças. Precisa ter uma janela explícita dizendo onde está o orçamento da Cidade e numa linguagem que qualquer cidadão entenda, porque não adianta falar em serviços de terceiros, pois ninguém sabe. Essa é uma questão preliminar.

Segundo, o Vereador Tatto falou que a questão é política. Qual o caminho para governar a Cidade? Acho que o Prefeito precisava ser mais ousado; a cidade de São Paulo não pode ser amesquinhada. O Prefeito de São Paulo tem um poder brutal, tem um poder maior do que a maioria dos Prefeitos do Brasil.

Veio a nossa companheira da área da cultura que fez um discurso, o qual assino embaixo, e não tem dinheiro, mas é o seguinte: neste ano, a Cidade vai pagar 4,2 bi da dívida. E quero fazer outro esclarecimento: a dívida cresceu não é porque a Cidade pegou dinheiro para fazer casas e creches, cresceu por causa da correção, que é o índice GPDI mais os juros e, no ano que vem, 4,7 bilhões.

Isso, inclusive, é para o PT.

O PT a vida inteira disse que precisava mudar o País, fazer transformações e, agora, age como os burocratas.

Vejam: o Fundo de Participação dos Municípios é composto pelo imposto de renda e pelo IPI. Não tenho nenhuma dúvida de que a cidade de São Paulo é a que mais contribui com esses impostos. Sabem quanto vamos receber pelo Fundo de Participação? Duzentos milhões: 0,00 do orçamento. A gente paga muito tributo, recebe muito pouco do Governo Federal e tem que pagar esse absurdo da dívida. Essa questão o Prefeito precisaria discutir com muito mais firmeza e clareza, para defender os nossos interesses.

Há algumas questões pontuais.

Gostaria que o Secretário, quando perguntei sobre a planilha de custos do ônibus, também coloquei, e ele não respondeu quando custa o metro quadrado de construção de uma creche – quero saber porque estamos correndo o risco de ficar pagando superfaturamento. Os Conselhos das Subprefeituras precisam acompanhar isso.

Outra questão importante, Secretária Leda, veja que interessante: quando se faz uma avenida, o Governo vai lá e desapropria mil famílias e faz. Agora, para fazer uma creche, não pode desapropriar nem um quarteirão. Quer dizer, você não encontra terreno vazio. A Prefeitura tem que ir lá e desapropriar meio quarteirão, realocar família com toda a dignidade, pagar o que tem que ser pago, porque, se não, não vai encontrar terreno. Essa é uma questão para o PT discutir, porque quando se trata de avenida, o interesse é de quem vai ser atendido... para uma creche, desapropriem. Qual o problema? Gostaria que essa questão fosse respondida.

Outra coisa: o orçamento – esse é um debate que fiz permanentemente quando eu era Vereador – o artigo 10 permite que a Prefeitura remaneje 15% sem consultar a Câmara, de 50 bilhões, dá 7,5 bilhões, que o Prefeito pode tirar e colocar aonde ele quiser, e isso é legal. Isso foi feito pelo Pitta, Maluf e Marta Suplicy, e o PT quando estava na oposição – nós estávamos -, dizia que tinha que diminuir, mas chegou no poder, faz a mesma coisa. Isso tem que diminuir porque orçamento é planejamento. Cinco por cento é muito no meu entender. Pelo que li é 15%.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** - É bom que fique nas Notas Taquigráficas, se me permite, Vereador Paulo Fiorilo, porque a nossa intenção é reduzir.

Conclua, por favor.

**O SR. ODILON GUEDES** – Para concluir, a questão do PPA, finalmente, Secretária, quero repetir: o PPA envolve mais de 200 bilhões do nosso dinheiro, e a Cidade ignora solenemente o que vai acontecer com isso, porque não tem debate. A Prefeitura e a Câmara deveriam colocar na televisão dia e noite os debates sobre essa questão. Essa é uma questão cultural. Nos Estados Unidos, quando vão apresentar o orçamento, o Presidente vai à Câmara Federal, e os debates acontecem durante um mês inteiro. E nós achamos normal ninguém explicar claramente por onde vai parar o nosso dinheiro.

São essas as questões desde a desapropriação de terrenos, a questão da transparência no site da Prefeitura numa linguagem acessível, o quanto custa o metro

quadrado de uma creche e de um hospital, pois não quero pagar obra superfaturada.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** - Muito bem.

Vamos ouvir, então, a Secretária de Planejamento para suas respostas e colocações.

**A SRA. LEDA PAULANI** - Com relação à questão da Cultura, eu queria dizer que essa é uma das áreas com as quais o Sr. Prefeito mais tem se preocupado e queria dizer que há um aumento previsto para a Secretaria da Cultura de 13,3% no orçamento do ano que vem.

Evidentemente, a questão da busca de uma vinculação de recursos, assim como há para educação e saúde, é legítima a reivindicação. A Cultura é uma área em que é preciso o Poder Público atuar fortemente, porém temos de lembrar que a totalidade não é maior do que um.

Quer dizer, temos um único orçamento e se todas as reivindicações de todas as áreas fossem atendidas, provavelmente, daria 150. Então, escolhas têm de ser feitas. Há outras áreas que devem ser atendidas, algumas delas já com vinculação constitucional.

Quero frisar que é uma preocupação do Prefeito Haddad de elevar paulatinamente o percentual da função Cultura dentro do orçamento.

Odilon, você tem razão com relação a dificuldade que é para a população debater essas questões e a dificuldade reside não só no baixo nível de educação que a população tem, nível de escolarização, que torna difícil a compreensão desses temas mais áridos, mas também do outro lado pelo fato de que nunca houve, realmente, uma disposição de traduzir, de fazer uma tradução de linguagem.

Então, com relação a isso, eu acho que a cidade de São Paulo já teve uma evolução muito grande com a aprovação da lei que obriga a realização do programa de metas. O programa de metas não está na linguagem orçamentária. Está lá, a meta é construir não sei quantas creches etc. Então, o programa de metas já está feito em uma linguagem que a população entenda. Tanto é que foi muito fluida a discussão em todas as Subprefeituras.

Tivemos uma participação grande não só nas presenciais, como também por e-mail e ofícios. Em todos os casos as pessoas sabiam do que estavam falando e faziam propostas inteligíveis e etc. Portanto, acredito que já avançamos por aí.

Com relação ao que podemos fazer neste PPA é fácil se você encontrar o programa de metas ali é fácil você ler, mas é claro que ainda tem de melhorar muito. Há um compromisso nosso do que vamos fazer. Nesse *site*, que é o Planeja Sampa, temos a intenção de colocar uma versão amigável dessas peças todas e fazer uma grande divulgação do *site*.

A ideia é que seja uma interface eletrônica de comunicação com a população, o que amplia muito o escopo da comunicação possível, comparativamente com uma situação que você fica só nas reuniões presenciais.

Então, a sua preocupação também é nossa. Não tenha dúvida disso. Não tenha dúvida de que nos esforçaremos como estamos nos esforçando para que a discussão possa ser feita pela população e se puder ser feita, é porque já está em linguagem acessível e necessariamente tem de ser transparente. Você colocar em termos em que só meia dúzia entende é uma forma de não deixar transparente. Temos muito essa preocupação e faremos isso com certeza.

Quanto à questão das desapropriações, aproveito para responder também as questões do Vereador Paulo Frange fez com relação aos hospitais.

O Hospital da Brasilândia será construído em terreno público. Não vamos fazer desapropriação. Foi encontrado um terreno e será construído. Sempre que possível será construído em terreno público. Por isso que eu disse que há esse grupo de trabalho buscando os terrenos.

A questão da desapropriação para uma coisa tão urgente como creche acaba ficando um pouco difícil porque o processo de desapropriação é, normalmente, lento, longo e, enfim, se começarmos a desapropriar terreno hoje para fazer creche, só a gestão futura é que fará as creches porque o *timing* não casa muito. Talvez para um equipamento maior como



hospital talvez fosse uma proposta pertinente.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LEDA PAULANI** – O metro quadrado de construção. Eu não tenho as informações de todas as áreas. A Secretaria do Planejamento é um receptor de informações de todas as demais unidades, mas as áreas pertinentes têm essas informações. Há inclusive uma preocupação do Prefeito de homogeneizar essa despesa porque muitas vezes há diferenças inadmissíveis. No caso de creche, especificamente, é mais ou menos cinco mil reais o metro quadrado da creche construída.

Não sei se o Secretário Marcos quer falar alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Passemos então a ouvir a Lucila Lacrete, do Movimento Defesa São Paulo.

**A SRA. LUCILA LACRETA** – Bom dia a todos. A minha questão é que no orçamento plurianual o IPTU tem uma parcela de 13 a 15% no computo geral dos recursos. Isso certamente será cobrado das famílias e elas têm um poder limitado no seu orçamento de arcar com mais despesas que são, aparentemente, progressivas ao longo do tempo. Em que pese na apresentação não se demonstrou a porcentagem que cada recurso faz parte no orçamento geral.

Esses aumentos, como proposto este ano do IPTU, serão escorchantes da mesma forma? Quer dizer, pretende-se onerar cada vez mais as famílias e o comércio ao longo desses próximos três anos? No orçamento proposto, como isso fica em relação à correção da Planta Genérica de Valores? Tem uma série de imóveis que são isentos. Como a decisão política está levando em conta o poder de capacidade dos contribuintes da população de São Paulo em relação aos aumentos previstos no PPA?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Antes de passar a palavra para o próximo

orador, eu queria anunciar a presença do Vereador Andrea Matarazzo, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e do Vereador Ricardo Young, da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Passemos a ouvir Rafael Moreti.

**O SR. RAFAEL MORETI** – Boa tarde. Eu gostaria de comentar a fala do Sr. Secretário. É claro que quando você dá isenção de IPTU para aposentados, é uma decisão de política social influenciando a política tributária.

A questão tributária é o melhor lugar para se fazer uma política social. Então, gostaria de relembrar algo que não ouvi ninguém falando até agora e que é extremamente importante. Alguns milhões de munícipes de São Paulo pagam aluguel e esse aumento quem paga é quem aluga o imóvel e não o proprietário.

Dessa forma acredito ser importante pensar que isso é uma distorção também. Como os aposentados estão sendo pensados como uma distorção, você cobrar IPTU de quem paga aluguel é uma distorção porque são as pessoas que não têm propriedade, então, logo não é somente sobre a propriedade o IPTU. Para quem paga aluguel é um imposto sobre renda. Então tem de se pensar como resolver essa distorção.

Muitas vezes, a pessoa que paga aluguel gasta 30, 40% do salário no aluguel. Esse imposto vai cair justamente sobre a renda dessas pessoas que acredito serem alguns milhões.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Muito bem lembrado, Rafael.

Passemos a ouvir a Sra. Vivian Daguani, da Associação Comercial de São Paulo.

**A SRA. VIVIANE DAGUANI** – Bom dia. Sou Vivian Daguani, arquiteta do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo e aluna do Gerente de Cidade, da FAAP, mas hoje estou aqui como munícipe.

Minha dúvida é a seguinte: segundo o Estatuto da Cidade, são ferramentas de gestão municipal o Plano Diretor, o PPA, LDO e LOA, que devem estar articulados entre elas e

sendo considerada improbidade administrativa se não estiverem.

Está prevista a execução do Plano Diretor neste orçamento? Onde? Como?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Muito bem.

Passemos a ouvir a Sra. Alcione Maria Lourenço, Presidente da Associação Comunitária Esperança no Futuro.

**A SRA. ALCIONE MARIA LOURENÇO** – Bom dia a todos. Faltei a algumas audiências por estar participando de outras.

Foi dito na Vila Maria e Vila Guilherme a respeito da criação de dois CEUs, um no Parque Novo Mundo e outro no Tomas Amazone. Só que não estou ouvindo falar mais nisso. Esses dois CEUs iriam contemplar também a falta da criação de creches porque o CEU contempla a creche porque agrega as crianças desde a primeira infância. Esse é o CEU que eu espero porque um CEU pela metade também não dá.

Outro ponto é a nossa UBS do Jardim Julieta que já tem verba vinda da União e saiu outra agora. Eu quero saber quando será iniciada a construção. O terreno já tem e todos os dias eu vou lá para ver se estão mexendo alguma coisa e não tem. Então, quero saber quando vão começar a mexer porque se já tem o terreno e a verba, por que a construção não sai?

Sobre o IPTU, estou achando isso triste por que acredito que o Prefeito não deveria ter mexido nisso. Eu participei de algumas audiências onde teve a Mesa para colaborar com a execução de um projeto de campanha dele e lá foram expostos diversos projetos e ele escolheu o pior, que é esse de aumentar o IPTU.

Se ele olhar o projeto apresentado para ele, da Nossa São Paulo, ele vai ver o projeto que a Erundina colocou. Esse projeto da Erundina é que seria certo, mas ele escolheu o pior. Ele teve a pior ideia de escolha que foi a de aumentar o IPTU.

Bom trabalho e que Jesus proteja.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Agradecemos a Sra. Alcione Maria Lourenço.

Antes de encerrar, vamos ouvir o jornalzinho *Cultura*.

**O SR. PAULINHO RODRIGUES** – Sou Paulinho Rodrigues, do *Jornal Cultural*. O *Jornal Cultural* circula na periferia de São Paulo, em Perus e Anhanguera. Eu só pedi a palavra porque o ex-Vereador Odilon Guedes falou sobre os preços de metro quadrado. Eu disse para ele que o que precisa, o pulo do gato, está em discutir a tabela de EDIF. Trazer a EDIF para discutir. Eu tive acesso à tabela de EDIF há alguns anos e um acento sanitário que você comprava em qualquer loja por 200 reais, na tabela de EDIF estava em mil reais. Então, é na tabela de EDIF que tem de se discutir para abaixar os preços das obras.

A Comissão de Finanças e Orçamento tem de chamar a EDIF e discutir a tabela porque os preços são muito mais altos do que em qualquer lugar que você vá para comprar.

Estamos com um movimento cultural por mais verba para a Cultura, 2%. Não é possível que a Cultura só vá abaixando no orçamento, 0,8 para 0,7 e daqui a pouco nem aparece mais no orçamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – A Comissão de Finanças e Orçamento irá perguntar ao EDIF de fato para saber qual é a tabela e checar esses valores.

Tem a palavra a Sra. Secretária Leda Paulani.

**A SRA. LEDA PAULANI** – A maior parte das questões eram referentes ao IPTU e deixarei para o Secretário Marcos para responder.

Com relação à questão da Vivian, se o orçamento prevê a execução das diretrizes do Plano Diretor, eu diria que o Plano Diretor é uma normatização do funcionamento da Cidade, do desenvolvimento urbano da Cidade e não necessariamente envolve recursos para sua execução. Precisa que a lei seja aprovada e o que ela determina seja cumprido. Não há muito problema com relação a isso.

Sobre as questões da Sra. Alcione, eu não tenho de cabeça tudo o que está prometido no programa de metas para cada região, mas lembro-me bem de que a reivindicação de cultura na região da Vila Maria e Vila Guilherme porque eu estava lá. Houve uma resposta, só não sei dizer se são CEUs, um equipamento cultural, se são as duas coisas. Creio que há um equipamento cultural previsto nesta Subprefeitura no Programa de Metas.

Com relação à UBS do Jardim Julieta, eu posso prometer que vou investigar. Mas tampouco tenho as informações sobre isso. É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Solicito ao Fábio que pegue os dados da Sra. Alcione e passe para Sra. Secretária para que S.Exa. possa encaminhar direto para a Sra. Alcione.

Tem a palavra o Sr. Marcos Cruz, Secretário de Finanças.

**O SR. MARCOS CRUZ** – Gostaria de esclarecer que o IPTU é um elemento da composição orçamentária da Prefeitura e responde por 15 ou 20% do orçamento.

Estamos trabalhando para maximizar os outros elementos de receita porque isso é responsabilidade da Administração. A transferência do SUS, neste ano, deve ficar em 1,3 bilhões e estamos trabalhando para chegar a 2 bilhões no ano que vem. Transferência da FNDE, de Educação, também tem aumento previsto de 600 milhões.

A questão do PAC. Se a dívida for renegociada, nós vamos buscar depois de 10 anos poder ter dinheiro para a operação de crédito para poder fazer investimento. Enfim, é uma equação que se compõe. O IPTU é um elemento e a Prefeitura precisa ter capacidade de contrapartida.

Como foi discutido com a Bancada e como, aparentemente, a Câmara vai à linha de 20% de trava residencial, estamos falando de um aumento médio de 11%. É acima da inflação? Claro que é acima da inflação. Comparada com a valorização imobiliária que é constitucionalmente a base do imposto – discuta-se se é certo ou errado – é um aumento bastante inferior.

Este debate é interessante para mostrar o dilema de um orçamento público. Ao mesmo tempo a gente passou 70% da discussão com as dificuldades de corrigir o IPTU, mas por outro lado são todas as novas demandas públicas de serviços, por mais vagas de creche, por melhor ônibus, mais corredor, cultura.

É óbvio que o Executivo trabalha para reduzir custos e trabalhar na eficiência, mas é uma equação difícil. Se queremos ter 150 mil novas vagas de creches, precisamos de mais recursos.

Reafirmo, estamos trabalhando muito forte nos custos. Em 2012, até setembro, as despesas correntes tinham crescido 15% comparadas a 2011. Em 2013 cresceram 5% as despesas correntes comparadas a 2012. Esse trabalho está sendo feito e estamos contratando auditoria para o sistema de transporte. Mas para se atender as demandas, para que a Cultura tenha um, dois, três por cento e a Saúde mais 31, todas as demandas justas da sociedade, a equação financeira precisa fechar e, por isso a importância desta discussão.

Agradeço a todos. Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Anuncio a presença do Vereador Coronel Telhada.

Agradeço a participação do Sr. Marcos Cruz, que eu já conhecia, e da Sra. Leda Paulani, que conheci neste momento. Esperamos que voltem a esta Comissão.

Está encerrada a audiência pública dos PL 711/2003, do PL 694/2013 e do PL 695/2013.